

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Pedro Caetano Eboli Nogueira**

**Do urbanismo tático à tática urbana:  
corpo e política na poética do coletivo Opavivará!**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Design.

Orientadora: Profa Denise Berruezo Portinari

Rio de Janeiro  
Março de 2017



**Pedro Caetano Eboli Nogueira**

**Do urbanismo tático à tática urbana:  
corpo e política na poética do coletivo Opavivará!**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Design. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Orientador

Departamento de Artes & Design - PUC-Rio

**Profa. Ana Paula Veiga Kiffer**

Departamento de Letras - PUC-Rio

**Profa. Barbara Peccei Szaniecki**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

**Profa. Monah Winograd**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de Março de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

**Pedro Caetano Eboli Nogueira**

Graduou-se em Desenho Industrial – Projeto de Produto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2014.

Ficha Catalográfica

Nogueira, Pedro Caetano Eboli

Do urbanismo tático à tática urbana : corpo e política na poética do coletivo Opavivará! / Pedro Caetano Eboli Nogueira ; orientador: Denise Berruezo Portinari. – 2017.

104 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2017.

Inclui bibliografia

1. Artes e Design – Teses. 2. Urbanismo tático. 3. Coletivos. 4. Política da estética. 5. Arte urbana. 6. Corpo. I. Portinari, Denise Berruezo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Artes e Design. III. Título.

CDD: 700

Para minha querida avó Terezinha

## Agradecimentos

À Denise Portinari pelas orientações sempre tão generosas.

A cada colega do grupo Barthes/ Unicornixs, esta rede de afetos que tive o prazer e a sorte de me aproximar durante estes dois anos de mestrado.

À banca examinadora, pelo aceite, pela disponibilidade e contribuição a este estudo.

Ao meu companheiro João Victor Assad, por estar sempre lá.

Aos meus pais e irmã, sem os quais não poderia estar aqui hoje.

À minha tia Fabiana Santos por ter me apresentado o universo da arte.

Ao coletivo Opavivará!, pela abertura de potências.

À professora Bitiz Afflalo que, mesmo de longe, nunca deixou de estar presente nestes dois anos.

Aos amigos Bárbara Cruz, Luiz Lagares, Marcela Lima e Michele Marconsini, pelo companheirismo.

À CAPES e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos.

Aos funcionários da secretaria do DAD, pelas inúmeras ajudas e dúvidas sanadas.

Aos meus amigos Bárbara Novaes, Andrea Pech, Carolina Lamim, Lucas Botelho, Brena O'Dwyer e Isadora Bayma pelo carinho.

Às minhas queridas companheiras de casa Nathalia Meirelles e Isadora Barreto.

À Bruna Montuori, pelas discussões e artigos nunca concluídos.

Ao Clorisval Pereira Junior, pelas valiosas trocas no início desta dissertação.

Aos membros do coletivo Trama, pela hospitalidade no início desta dissertação.

## Resumo

Nogueira, Pedro Caetano Eboli; Berruezo, Denise Portinari (Orientador). **Do urbanismo tático à tática urbana: corpo e política na poética do coletivo Opavivará!** Rio de Janeiro, 2017. 104p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação é fruto de uma investigação sobre formas e possibilidades de atuação política na cidade contemporânea. Em contraponto direto à crise de projeto e da representatividade política instaurada na contemporaneidade, as ações de urbanismo tático pareciam inicialmente responder aos anseios desta investigação. Tratam-se de atos apropriativos e de ativação de espaços da cidade movidos pelas próprias populações. Mas uma análise dos discursos políticos produzidos pelos agentes do caso de urbanismo tático desenvolvido no Largo da Batata (SP), dão a ver a fraqueza de atos baseados na oposição entre sociedade civil e Estado. Explicitamos de que forma estas ações são atravessadas pelo poder biopolítico e pelas estruturas da cidade neoliberal. Mas se a cartografia complexa e microfísica das relações de poder contemporâneo incide sobre os corpos e vidas de todos e de cada um, então uma ação política não necessariamente deve se dar em afronta ao aparelho de Estado. Assim vemos emergir de uma miríade de práticas sua potência micropolítica, dentre elas, a arte no regime estético. Seu caráter eminentemente dissensual produz fissuras na partilha do sensível e, em contato com o espectador emancipado, possibilita a produção de singularidades, a contrapelo das experiências massificantes que predominam nas grandes cidades contemporâneas. Ao final desta dissertação nos debruçamos sobre as relações entre corpo, política e cidade nos trabalhos artísticos do coletivo Opavivará!, apresentados de forma ensaística.

## Palavras-chave

Urbanismo tático; coletivos; política da estética; arte urbana; corpo; performance; cidade; táticas urbanas; arte contemporânea

## Abstract

Nogueira, Pedro Caetano Eboli; Berruezo, Denise Portinari (Advisor). **From tactical urbanism to urban tactics: body and politics on the poetics of Opavivará! collective.** Rio de Janeiro, 2017. 104p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation is the result of an investigation about forms and possibilities of political action in the contemporary city. In direct counterpoint to the project and the political representativeness crisis established in contemporary times, the actions of tactical urbanism seemed initially to respond to the aspirations of this investigation. These acts of appropriation and activation of public spaces are put in place by the populations themselves. However a careful review of the political speeches produced by the agents of the Batata Precisa de Você, a case of tactical urbanism developed in Largo da Batata (SP), shows the weakness of any political act based on the opposition between civil society and State. We explain how these actions are crossed by biopolitical power and inscribed inside structures of the neoliberal cities. But if the complex and microphysical cartography of contemporary relations of power affects the bodies and lives of each person and everyone, then a political action does not necessarily takes place in defiance of the State apparatus. Thus we see emerge from a myriad of practices the emergence of its micro political potential, amongst them art in the aesthetic regime. Its eminently dissensual character produces cracks in the distribution of the sensible and, in contact with the emancipated spectator, enables the production of singularities, in opposition to the mass experiences that prevail in most of great contemporary cities. At the end of this dissertation we focus on the relations between body, politics and city in the artistic works of the collective Opavivará!, presented as an essay.

## Keywords

Tactical urbanism; collectives; politics of aesthetics; urban art; body; performance; city; urban tactics; contemporary art

## Sumário

1. Introdução	11
2. O contemporâneo e os limites do projeto	18
2.1. Haussmann e a ciência do urbanismo	18
2.2. Planejamento em crise	23
2.3. Neoliberalismo e o Direito à Cidade	28
3. Urbanismo tático: a cidade na escala humana	33
3.1. Urbanismo tático	33
3.2. Urbanismo tático e poder biopolítico	44
4. Táticas de resistência	51
4.1. A micropolítica	51
4.2. O corpo e os usos da estética para a política	58
4.3. Espaço e poder: uma política da singularidade no meio urbano	64
5. Estética, corpo e experiência urbana	71
5.1. Opavivará!	71
6. Considerações finais	92
7. Referências bibliográficas	98



## Lista de figuras

Figura 1 - Park(ing) day realizado em Minneapolis, Estados Unidos, 2008	34
Figura 2 - Build a Better Block realizado em Dallas, Estados Unidos, 2010	35
Figura 3 - Place au changement, Saint-Étienne, França, 2011	36
Figura 4 - Construção coletiva de mobiliário urbano no Largo da Batata, São Paulo, 2014	43
Figura 5 - Transnômades, São Paulo, 2016	75
Figura 6 - Chuvaverão, Rio de Janeiro, 2014	77
Figura 7 - Namoita, Rio de Janeiro, 2011	79
Figura 8 - Opavivará! ao vivo!, Rio de Janeiro, 2012	81
Figura 9 - Pulacerca, Rio de Janeiro, 2009	89

*Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber, diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir. Talvez me digam que estes jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores; e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia - quero dizer, a atividade filosófica - senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho.*

Michel Foucault, *O uso dos prazeres*

# 1

## Introdução

A presente dissertação é fruto de um pensamento que investiga formas e possibilidades de atuação política na cidade contemporânea. Mas para além de um bloco unitário de tempo e pensamento que qualquer texto possa ilusoriamente aparentar, procuro deixar visíveis alguns rastros que este percurso de dois anos produziram em mim. Os parágrafos a seguir são fruto de uma multiplicidade de diferentes momentos e maneiras de pensar, achatados sob a forma inevitável do texto linear. Esta colocação inicial se mostra necessária porque da mesma maneira que o contemporâneo deixou expostos os limites da noção de projeto, também viriu qualquer possibilidade de fixar um *Télos* único ou percurso metodológico linear para esta dissertação de mestrado. Aos poucos compreendi de que forma se instaura uma permeabilidade e relação de intercâmbio radical entre a teoria e a vivência em campo. Ao contrário de uma grade na qual eu procuraria acomodar as experiências empíricas, a teoria parece funcionar como uma espécie de modo de subjetivação, que deforma aquilo que se observa.

Me senti parte da mesma crise do projeto que impulsiona as ações de urbanismo tático, aquelas que tomei como primeiro objeto desta pesquisa. Por agora nos contentemos com uma definição inicial: tratam-se de soluções urbanas em pequena escala, com natureza efêmera ou permanente, visando a envolver as populações locais nos processos decisórios relativos aos espaços públicos e a proporcionar uma vivência da cidade na escala humana. Elas são impulsionadas por coletivos urbanos ou realizadas autonomamente pelas próprias populações, em atividades que envolvem a requalificação e apropriação dos espaços públicos.

Estes atores acreditam na construção da cidade como um ato coletivo e político, onde a participação dos cidadãos locais é indispensável, e que se articula sob uma série de atividades colaborativas em que o meio urbano funciona como suporte e o design como ferramenta. Em suas dinâmicas, vizinhos que não se conheciam são postos lado-a-lado, desenvolve-se um sentimento de comunidade local capaz de fazer frente aos ditames autoritários do governo. Portanto, é a partir

de um modelo da sociedade contra o Estado que estas ações procuram se articular politicamente. O cerne da crítica desenvolvida pelos agentes do urbanismo tático ao planejamento urbano centralizado está na direção de apontar a impossibilidade de criar cidades humanas através das ferramentas de projeto à disposição.

O capítulo que se segue a esta introdução procura justamente articular, no âmbito do planejamento urbano, os pressupostos históricos e discursivos<sup>1</sup> que constituíram um território fértil para a aparição do urbanismo tático. Trata-se de um rápido apanhado histórico iniciado a partir da emergência do urbanismo como disciplina técnica e estetizante, em que o controle sobre território passou a assumir funções econômicas e políticas. Seguimos então com alguns exemplos discursivos de sua crise, que proliferaram nos anos 1960, à época de *Morte e vida das grandes cidades* (JACOBS, 2000) e do *Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001). De acordo com o fluxo histórico, conceituo as cidades contemporâneas sob a égide do capitalismo flexível, em que elas são assumidas como sujeito e objeto de negócios. A isto se segue uma breve apresentação do direito à cidade, tal como elaborado pelo geógrafo David Harvey (2012; 2013; 2013b), uma resposta tanto aos processos alienantes do urbanismo centralizado quanto aos desmandos do neoliberalismo nas cidades.

Mas se inicialmente eu pensava que as ações de urbanismo tático poderiam responder politicamente de forma bastante natural a uma crise de projeto e da representatividade política, essa utopia luminosa pareceu perder seus encantos à medida que os estudos avançavam. Afinal, como conceber uma atuação política em que, acreditando estar fazendo frente ao governo, a população assume uma responsabilidade que antes era dele? Se no começo deste processo eu ainda estava ligado aos ideais que moveram meu Projeto de Graduação em design (ver NOGUEIRA, 2014), na defesa do urbanismo tático como possibilidade de ação política nas cidades, esta dissertação é o testemunho de uma passagem que deslocou meus pressupostos e me coloca inevitavelmente como objeto parcial da pesquisa que aqui relato.

---

<sup>1</sup> Assim como Michel Foucault (2012), procuro compreender os discursos em sua materialidade e circulação. Eles se proliferam indefinidamente e produzem acontecimentos: “[o discurso] não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (p. 54).

Eu mesmo era um agente que propalava os discursos políticos do urbanismo tático, pouco ciente de seus limites. Se o tempo me produziu primeiramente uma desconfiança quanto a isso, a base teórica me permitiu localizar suas ações nas estruturas da cidade neoliberal e nos enlaces do poder biopolítico, ainda que sua espontaneidade inicialmente parecesse escapar das amarras do poder e significar uma saída da inércia política. Estas questões me levariam a compreender de maneira mais profunda a cartografia complexa segundo a qual o poder se exerce no contemporâneo e impõe a dificuldade de imaginar a ação política unicamente como embate frontal ao poder do Estado.

Vemos que muitas vezes as possibilidades de ação política são dadas pelo próprio poder, como se ele viesse à frente e fundasse o espaço onde as resistências podem aflorar. Neste sentido, o caso das ações de urbanismo tático desenvolvidas no Largo da Batata é exemplar. Ele dá a ver as fraquezas de um modelo de ação política baseado na antinomia da *sociedade civil* contra o Estado. Minha análise terá como base um material produzido por seus agentes (ver SOBRAL *et al*, 2015), mas também é atravessado por reflexões extraídas de conversas com pessoas que fizeram parte das ações lá desenvolvidas e de minha participação no grupo do facebook onde eles se organizavam. O terceiro capítulo desta dissertação se destina justamente a pensar o urbanismo tático em relação aos agenciamentos biopolíticos e ao âmbito da cidade neoliberal. Considero importante frisar que em nenhum momento tomo como objetivo invalidar quaisquer práticas que possam ter lugar na cidade, mas operar um senso crítico relativo especificamente ao estatuto político que as ações de urbanismo tático advogam para si.

Mas como compreender a proliferação das ações de urbanismo tático pelo mundo, muitas delas munidas de uma aparente espontaneidade e teor político totalmente independentes de qualquer estrutura de poder? É justamente aí que os subsídios teóricos de Michel Foucault (1989) se mostram valiosos, pois permitem imaginar estratégias sem sujeito. A contrapelo de toda a teoria política clássica, o filósofo entende o poder enquanto prática social difusa, deslocando a ideia de que ele teria uma localização precisa como, por exemplo, o aparelho do Estado. Do contrário, Foucault apresenta o Estado como conjunto resultante de múltiplos mecanismos de poder que atuam em níveis diferentes. O poder como produtor, em sua positividade, que se encarrega dos corpos e das vidas e é parte constitutiva dos

sujeitos. Um poder que se configura, não como algo que uns detém e os outros não, mas como uma relação que se exerce entre os pares, sob uma rede de mínimos estratégias, dispositivos e táticas que permeia de forma capilar toda a sociedade. O filósofo se deteve na análise das diversas materializações do exercício do poder e das suas múltiplas práticas. Como afirma Deleuze:

Foucault mostra que não é assim, nem disso, que procede o poder: ele é menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos não são atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos; ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas (DELEUZE, 2005, p. 35).

Mas se a pulverização dos mecanismos de poder impede a destruição total de seus meios, ela abre precedentes para que a micropolítica possa atuar.

O quarto capítulo desta dissertação se destina justamente a pensar essas potências micropolíticas de resistência, compondo uma espécie de caixa de ferramentas com as quais se pode operar conceitualmente. Crer na promessa da micropolítica envolve a compreensão de que suas manifestações permeiam transversalmente o âmbito da macropolítica: não se tratam de duas esferas totalmente apartadas. Aqui o pensamento de Félix Guattari (1981) é de suma importância, pois ele permite compreender de que forma as micropolíticas são capazes de romper com o fluxo das repetições e gerar pequenas rupturas nas estruturas. Ele explicita que há, nestas dinâmicas, uma relação de transversalidade fundamental entre os processos subjetivos e a macropolítica.

Em todo caso, se é verdade que o poder atua na produção de sujeitos, como força imanente que pilota a vitalidade humana desde dentro, então talvez a resposta para uma ação política no contemporâneo esteja mais próxima que parecia estar. O sujeito político não precisa se imbuir de uma afronta direta ao Estado, mas ele pode se envolver em uma *atitude crítica*, que seria, nas palavras de Michel Foucault (1990b)

o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade (...). Pois bem, a crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (p. 5).

Portanto, a possibilidade da “indocilidade refletida” estaria relacionada à produção de rachaduras nas configurações consensuais de verdade.

Mas esta é uma concepção ligada estreitamente aos modos de subjetividade específicos da Era Democrática. Se de fato este regime submete os indivíduos a uma quantidade pequena de coações “externas”, a invenção da liberdade está coadunada pela instauração de consensualidades que enredam os sujeitos em um tecido sensível comum. A sensibilidade estética surge neste mesmo bojo, intimamente ligada aos modos subjetivos que dão forma à sociedade burguesa.

Entretanto, se a gênese da estética opera como importante vetor subjetivo de controle sobre os corpos a partir da instauração de uma consensualidade no sentir, a arte em seu *regime estético* pode constituir uma ferramenta poderosa de subjetivação. Isto por conta de seu caráter dissensual, que produz fissuras na partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009) e desnaturaliza aquilo que tínhamos por verdadeiro, de modo a fraturar uma estrutura de repetição. A potência política da arte em seu *regime estético* também está na possibilidade de múltiplas interpretações do fato artístico que, na relação com um espectador emancipado, engendra processos de singularização e neste diálogo torna-se capaz de criar ativamente sujeitos. Me situo lado-a-lado com o filósofo Jacques Rancière (2009) e procuro pensar uma política da estética. Ao final do quarto capítulo conceituo algumas das formas pelas quais a produção de subjetividades atua no âmbito das cidades, em relação aos mecanismos disciplinares e biopolíticos. Afinal, onde a figura da *população* toma corpo, parece inibir-se a permeabilidade dos processos de singularização no seio da urbanidade. Neste trecho emergem algumas das questões históricas abordadas no capítulo que se segue à introdução, mas a partir de um outro viés.

A figura do coletivo Opavivará! surgiu justamente a partir deste esforço de pensar aquilo que seria uma ação política na cidade. Em suas proposições a arte habita o meio urbano para se imiscuir aos prazeres do corpo e produzir rupturas na partilha do sensível. Se eu já conhecia alguns de seus trabalhos de forma superficial, tive um novo contato com eles no âmbito do I Encontro Heterotopias das Artes, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ entre os dias seis e sete de outubro de 2015. Fui a este evento com o intuito de assistir ao arquiteto Guilherme Wisnik falando sobre urbanismo tático, mas a apresentação do Opavivará! me despertou maior interesse e inquietação. Percebi que suas ações

se relacionavam de alguma forma com aquilo que estava pesquisando, muito embora seus trabalhos partissem de uma lógica totalmente distinta daquela do urbanismo tático.

Eu já vinha frequentando algumas reuniões do coletivo Trama, mais ligado a ações de urbanismo tático propriamente ditas, embora não estivesse muito envolvido. Mas depois de assistir à fala do coletivo Opavivará! comecei a frequentar todos os seus trabalhos e ações que pude, dentre elas o *Sofaraokê* e *Cachimbo Coletivo*, na Galeria Gentil Carioca, e de uma atividade do *Prazer é poder* realizada na praia do Arpoador, em Ipanema. Em fevereiro de 2016 cursei uma aula com o coletivo na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, e em outubro de 2016 participei do evento Ecossistema Tropical 2.0, no Espaço Saracura, em que alguns coletivos brasileiros se reuniram para uma ação. Assim, os trabalhos, exposições e palestras do coletivo, bem como as conversas que tive com alguns de seus membros e participantes, tiveram papéis semelhantes ao de entrevistas ou de um campo no desenvolvimento desta dissertação.

Aos poucos fui me familiarizando com a articulação poética das obras e ações do Opavivará!, às quais dediquei o quinto capítulo desta dissertação. Olhando para seus trabalhos, tenciono justamente desenhar as relações em que a arte, em diálogo como corpo e a cidade engendra múltiplos processos de subjetivação e constitui uma importante máquina micropolítica. Sua potência está em abrir espaço para que processos de singularização participem da experiência urbana, e é neste agenciamento que se esconde a força estético-política dos trabalhos de arte em contato com a cidade. Me lanço em escolhas totalmente arbitrárias e afetivas, onde não planejo esgotar todas as possibilidades de interpretação dos fatos artísticos apresentados. Eles servem como plataforma totalmente ficcional onde procuro me construir enquanto sujeito e fazer ecoar outros questionamentos que tiveram lugar ao longo do desenvolvimento desta dissertação. Em especial as analíticas do poder foucaultianas, os regimes de visibilidade rancierianos etc.

Mas é justamente onde procuro analisar os trabalhos e sistematizar a forma como eles acontecem em mim que pesa a difícil tarefa de uma escrita limpa e acadêmica. Como não me imbricar àquilo que olho? Se a própria política depende de um trabalho sobre si, me vejo totalmente incapaz de manter a neutralidade nesta



parte da dissertação, embora em outras consiga me expressar como um sujeito quase apagado. Assim, o percurso desta dissertação tenta deixar entrever as diferentes maneiras pelas quais me faço sujeito da escrita, a partir da minha relação com os assuntos e objetos de que trato: em algumas partes a impessoalidade da distância científica e em outras a proximidade da primeira pessoa do singular.

Por outro lado, a opção por não esgotar os temas explorados, mas testemunhar um percurso de pensamento que me moveu e deslocou no período deste mestrado traz algumas consequências. Ela me impede de observar o caso de urbanismo tático desenvolvido no Largo da Batata ou o conjunto de trabalhos do coletivo Opavivará! sob as lentes de um estudo de casos múltiplos, ainda que cada um deles ocupe a importância de um capítulo. O intuito aqui também não é o de realizar uma análise comparativa destas duas naturezas de ações, ainda que algumas analogias e aproximações possam surgir pontualmente.

Também é certo que cada um dos dois tenha uma localidade específica: enquanto o coletivo produz majoritariamente trabalhos para o Rio de Janeiro, as ações do Largo da Batata ocorrem em São Paulo. Mas se assumo a cidade como uma personagem genérica, é porque tomo um conjunto de processos sociais e históricos que atravessam grande parte das cidades globais. A maneira como, por exemplo, o urbanismo tático vem sendo replicado no mundo inteiro, segundo uma composição de práticas e discursos muito semelhante, parece me autorizar a possibilidade de trabalhar desta forma. Embora compreenda que há sempre resistências a este rolo compressor que achata as potências singulares de cada cidade, prefiro arcar com risco das generalizações grosseiras a me alongar na tarefa contraproducente de circunscrever um conjunto específico de questões concernentes a cada uma das duas cidades referidas.

## 2

## O contemporâneo e os limites do projeto

### 2.1

### Hausmann e a ciência do urbanismo

*Agora fecundou minha fértil saudade,  
Como eu atravessasse o novo Carrossel.  
Morta é a velha Paris (a forma da cidade  
Muda bem mais que o coração de uma infiel)*

*Charles Baudelaire*

Este trecho que compõe a obra poética talvez mais famosa de Charles Baudelaire expressa com muita clareza o sentimento da época em que a primeira grande reforma urbana de Paris tinha início. Movida pela vontade imperiosa do Barão de Hausmann, o então prefeito da cidade, esta gigantesca reforma significou a demolição de inúmeras ruas residuais do traçado medieval da cidade de Paris. Entre os anos de 1852 e 1870 a capital francesa foi totalmente remodelada, com a criação dos famosos *boulevards* organizadores do espaço urbano, bem como a construção de enormes parques e jardins na cidade. O objetivo anunciado se relacionava com a higienização e circulação no espaço urbano, argumentos com um verniz cientificista que sabemos permear os discursos positivistas de uma época maravilhada com os avanços recentes da medicina de Pasteur, mas ainda um pouco temerosa das possíveis consequências do desenvolvimento. “Paris embelezada, Paris ampliada, Paris higienizada”, proclamava Hausmann.

As mudanças na cidade foram brutais e muitos de seus habitantes, como é o caso do escritor Baudelaire, se sentiram saudosos e nostálgicos pela perda tão rápida da cidade em que cresceram: “morta é a velha Paris”. De fato os proponentes desta reforma estavam movidos exatamente por esta vontade de apagar os traços de existência da velha Paris, de torná-la uma cidade que refletisse a modernidade. É notável que, escamoteada sob este discurso, estava a ideia de

constituir uma cidade que pela primeira vez se afirmava enquanto espaço burguês incontestável, à imagem e semelhança de uma classe que vinha galgando o poder desde a Revolução Francesa, seguida pela Revolução Industrial.

Como afirma Françoise Choay:

Uma nova ordem é criada, segundo o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela. Nesse sentido, Haussmann, no desejo de adaptar Paris às exigências econômicas e sociais do Segundo Império, faz uma obra realista. E o trabalho que realiza, se prejudica a classe operária, choca os estetas passadistas, incomoda os pequenos burgueses expropriados, contraria os hábitos, é, em compensação, a solução mais imediatamente favorável aos capitães de indústria e aos financistas que constituem então um dos elementos mais ativos da sociedade. É isso que faz Taine dizer a propósito do desenvolvimento de Marselha: “Uma cidade como esta assemelha-se aos grandes negociantes” (CHOAY, 2007, p. 4).

A cidade deveria refletir os valores burgueses, naquilo que tange principalmente aos seus hábitos e ideais, mas também como importante suporte estratégico para a circulação de capital e mercadorias, devendo oferecer uma finalidade muito específica. Eram ainda muito recentes as revoluções urbanas de 1848 ocorridas, dentre outras cidades europeias, em Paris, e a funcionalidade do tecido urbano ganhava este duplo significado: tanto o poder de dissolução sobre os movimentos sociais quanto a capacidade de escoar a produção industrial. Enquanto as ruelas estreitas da Paris medieval eram facilmente bloqueadas por barricadas, os amplos *boulevards* dificultavam que atos políticos ameaçassem o ir e vir dos passantes que observavam suas vitrines. Como aponta o geógrafo David Harvey (2003), a “coação” que Haussmann aplicou à cidade de Paris com o intuito de torná-la moderna foi marcada pela coalizão entre Estado, capital financeiro e especulação imobiliária.

Harvey (2003) ilustra de forma extremamente sintética e precisa as acentuadas mudanças culturais que caracterizaram a passagem da primeira metade do século XIX para o momento posterior à reforma urbana de Paris:

Antes havia Classicistas, como Ingres e David, e os coloristas, como Delacroix; e depois, havia o Realismo de Courbet e o Impressionismo de Manet. Antes, havia os poetas Românticos e romancistas (Lamartine, Hugo, Musset, e George Sand); e depois vieram a prosa e a poesia tensa, dispersa e aguçada de Baudelaire e Flaubert. Antes, havia as esparsas indústrias transformadoras organizadas ao longo das linhas artesanais; muito do que, em seguida, deu lugar a máquinas e a indústria moderna. Antes, havia pequenas lojas ao longo ruas estreitas e sinuosas ou nos arcos; e depois veio o alastramento das grandes lojas de departamento sobre as avenidas. Antes, havia utopismo e romantismo; e depois houve o gerencialismo e o socialismo científico turrões. Antes, o carregador de água era

uma grande ocupação; mas em 1870 ele tinha quase desaparecido, uma vez que a água canalizada se tornou disponível (HARVEY, 2003, pp. 2, 3, tradução nossa).

Sobrepujando as “artes urbanas” aplicadas anteriormente, este momento foi caracterizado pela configuração do urbanismo enquanto ciência. Revestido de um aparato técnico e estetizante, lhe passou a ser conferida uma ideia de verdade que advoga sua neutralidade com relação a questões morais, políticas e sociais (BENEVOLO, 2003). Françoise Choay entende que este momento histórico, em que o êxodo rural impõe ao desenvolvimento da cidade uma forma própria, tenha provocado um

movimento novo, de observação e reflexão. [a cidade] Aparece de repente como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito. Estes encontram-se diante dela como diante de um fato natural, não familiar, extraordinário, estranho (CHOAY, 2007, p. 4).

A mesma percepção de que o processo de desenvolvimento das cidades começava a se descolar dos cidadãos, a aparecer como um fenômeno natural, extrínseco das suas partes constitutivas, parece sustentar que é necessário o uso de uma ciência para lidar com ele. Ao menos era isso que sugeria o ideário positivista da época. Aplica-se, portanto, uma observação dos fatos isolados, na tentativa de ordená-los quantitativamente. Em outras palavras, o advento do urbanismo como ciência significa a inauguração de uma coalizão saber/ poder que se articula para organizar o espaço das cidades. Michel Foucault (1989) analisa de que forma se dá esta passagem:

Parece-me que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos (p. 211).

Assim, com o intuito de ordenar a população e organizar o espaço, o urbanismo se arma de uma série de “ciências parcelares” (LEFEBVRE, 2001) que, cada uma à sua maneira, procura abstrair a complexidade dos fluxos da cidade, traduzindo-os em números e teorias. Estas ciências são autorizadas para

construírem um discurso verdadeiro sobre a matéria da cidade e nela atuarem. A estatística é logo incorporada pela sociologia nascente, pressupondo uma “concepção do indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipo cientificamente dedutíveis” (CHOAY, 2007, p. 8). Este pensamento se reporta diretamente ao mito do sujeito universal. A ciência deveria possibilitar a resolução dos problemas da relação “dos homens com o meio e entre si” (idem), entendida a Revolução Industrial como devir humano e produtora de bem-estar.

As utopias<sup>2</sup> rondavam o imaginário social da segunda metade do século XIX e início do XX e participaram dos movimentos que impulsionaram as reformas urbanas. Datam desta época autores díspares como os socialistas utópicos Robert Owen, Étienne Cabet e Pierre-Joseph Proudhon, assim como Charles Fourier, inventor dos falanstérios, englobados por Choay (2007) em torno do modelo progressista. Imbuído de um caráter utópico fundamental, este modelo está intrinsecamente ligado àquilo que Harvey (2003) caracteriza como o “mito da ruptura”:

Um dos mitos da modernidade é o de que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é, supostamente, de tal forma a tornar possível ver o mundo como uma tabula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado, ou, se o passado fica no caminho, por meio de sua eliminação. A modernidade é, portanto, sempre sobre a “destruição criativa”, seja gentil e democrática, ou do tipo revolucionária, traumática e autoritária (...). Eu chamo esta ideia da modernidade um mito porque a noção de uma ruptura radical possui uma certa força persuasiva e penetrante mesmo em face de evidências abundantes de que ela não acontece e não pode acontecer (p. 1, tradução nossa).

Dentre as obras do chamado “modelo progressista”, nenhuma teria tanta repercussão no meio da arquitetura quanto o livro “A cidade industrial”, de Tony Garnier. Elaborado em 1904 no âmbito de um trabalho de conclusão de curso, este projeto para a cidade de Lyon seria publicado em 1919. Sua proposta urbanística se destaca pelo fato de, apesar de utópica, ser detalhada em minúcia, e por constar pela primeira vez a ideia do zoneamento como princípio norteador. Portanto, áreas industriais, de habitação, lazer, cultura, administração são muito bem delimitadas

---

<sup>2</sup> Conforme explicita Mannheim (1972): “Consideramos utópicas todas as ideias situacionalmente transcendentais (não apenas projeções de desejos) que, de alguma forma, possuam um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente”.

e o concreto aparece com principal material construtivo. Este livro influenciou especialmente a primeira geração dos arquitetos racionalistas, movimento do pós-guerra que, se contrapondo ao *art-nouveau* e filiado esteticamente ao cubismo, declara guerra a quaisquer ornamentos ou decorações, enaltecendo as “formas puras” exploradas através da técnica e da indústria.

Fundado em 1928, o C.I.A.M. (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) passou a representar o principal órgão de reunião e difusão dos principais ideais da arquitetura e urbanismo modernos, contando com representantes de diversos países. Em 1933 este grupo propôs a doutrinação Carta de Atenas, em que eram reunidos diversos ideais urbanos destes arquitetos, tendo a obra de Garnier como ponto de partida. Mas se o modelo progressista se preocupava com as estruturas econômicas e sociais, este grupo olhava principalmente para os aspectos técnicos e estéticos. Partindo da ideia de prover pureza para a arquitetura, ele se propunha a extrair a potência universal e eterna de suas formas, a partir de uma concepção racional de beleza.

A pressuposição de um homem universal estava na base de seu pensamento, bem como a crença de que seus preceitos poderiam ser aplicados para qualquer localidade, a despeito de suas particularidades regionais. Hoje podemos entender que este movimento se colocou de maneira muito simplista e radical a serviço de um Humanismo, na crença cega da razão universal do Homem. A tentativa de abolição das ruas, vistas como sinônimo de barbárie, deixa entrever alguns vestígios das políticas higienistas, que se materializaram em espaços totalmente assépticos. A circulação, por sua vez, é pensada separadamente dos volumes construídos, com maior importância para vias por onde pudessem passar automóveis.

A estética é um elemento tão importante quanto a eficácia destes modelos: a maior preocupação do urbanista moderno diz respeito à composição de suas partes, da figura total em relação aos elementos constitutivos, tal como um desenho nas mãos de um artista cubista ou neoplástico. Para Le Corbusier, a geometria é o ponto de interseção entre o verdadeiro e o belo, e a arte é um livro escrito em linguagem matemática.

Além do progressista, Choay (2007) afirma que outras duas correntes de urbanismo também foram criadas neste mesmo período, o culturalista e o naturalista, cujos pressupostos e práticas diferiam do primeiro, mas

Se o modelo progressista se impôs sobre os regimes políticos e econômicos mais diversos, no entanto tomou formas diferentes à mercê dos particularismos culturais, mantidos vivazes, segundo a figura do pai, era assumida pelo capitalismo privado, o capitalismo de Estado ou o Estado produtor, conforme também as formas de oposição que ele encontrava (...). Esta foi, pelo contrário, exaltada nos Estados Unidos, onde se refugiou a maioria dos protagonistas da Bauhaus: o urbanismo progressista tornava-se ali, justamente como sublinhou G. C. Argan, um meio de propaganda em favor das ideias liberais. Na França, o tradicionalismo do conjunto da sociedade conservou a virulência polêmica do urbanismo e contribuiu para distorcer-lhe frequentemente o sentido. Esse proteísmo não deve induzir o erro: as variações constatadas de um país a outro não dizem respeito a natureza própria do modelo, representam adaptações deste (pp. 33, 34).

A partir das noções aqui expostas é possível notar que a espantosa aderência com que o modelo progressista permeou os planejamentos urbanos de diversas nações talvez não se deva tanto à sua eficiência ou a sua vocação para tornar a vida dos cidadãos melhor. Não se trata disso. Talvez a incrível permeância destes projetos de cidades abstratas, inumanas, insustentáveis e inviáveis se deva mais ao universo imaginário simbólico que são capazes de mobilizar.

O progressismo é de fato mobilizador, uma vez que joga retoricamente com uma série de elementos históricos que, cientificamente elevados ao patamar de verdade, eternidade e essencialidade, são capazes de escamotear sua ideologia intrínseca. A suposta abstração das formas do urbanismo moderno lhe conferiria o álibi de sua despolitização, mas que na verdade aumenta o poder persuasivo de seus enunciados. Sobre o conteúdo ideológico do afiado discurso modernista o sociólogo Henri Lefebvre (2006) afirmaria, de forma irônica, que:

Le Corbusier ideologiza racionalizando, a menos que seja o inverso. A ideologia (o discurso) sobre a natureza, o sol, e o verde, mascara para todas as pessoas desta época, mas sobretudo para Le Corbusier, o sentido e o conteúdo dos projetos. A natureza já se distancia/se afasta; ela não serve mais de referencial, sua imagem portanto torna-se exaltante/louvável (p. 412).

## 2.2 Planejamento em crise

As experiências traumáticas das fundações de Brasília e Chandigarh, datadas de 1960 e 1947, respectivamente, se deram ainda em um contexto de

modernismo tardio. Contudo, os limites do Modernismo já estavam sendo anunciados havia algum tempo. O crescimento populacional acelerado do pós-guerra acentuou as dificuldades de mobilidade e acirrou as tensões sociais dos grandes centros urbanos, deixando à mostra alguns dos problemas iniciados pelos preceitos do urbanismo progressista, que já completava algumas décadas nos anos 1960. A escala monumental das construções e as políticas de zoneamento urbano fizeram com que determinadas regiões das cidades tivessem pouca circulação de pessoas durante certos períodos do dia, aumentando os índices de criminalidade nos locais.

Nesta época foram operadas diversas críticas aos preceitos do urbanismo moderno. Dentre elas podemos destacar a da jornalista e etnógrafa Jane Jacobs, em seu *Morte e vida das grandes cidades* e a do filósofo Henri Lefebvre, principalmente em seu *Direito à Cidade*. Eles datam, respectivamente de 1961 e 1968. Ambos os autores concordavam que as ferramentas de projeto à disposição nunca poderiam compreender a complexidade da vida social, uma vez que a vitalidade urbana fugia a qualquer possibilidade de previsão, além de repudiarem a ideia modernista do traçado urbano pensado como uma espécie de obra de arte totalmente apartada da vida real.

Jacobs (2000) realiza uma etnografia que denuncia os problemas suscitados pelos preceitos do planejamento moderno, que ainda àquela altura estavam sendo aplicados a diversas cidades americanas<sup>3</sup>, enumerando as razões para a violência, o lixo e o abandono. Mas por outro lado, ela também procura observar aquilo que já funcionava bem na realidade urbana, locais onde predominam a boa manutenção, segurança e a qualidade de vida. Tudo isso partindo do ponto de vista de uma moradora do pacato bairro de Greenwich Village, em Nova Iorque, conhecido pela intensa vida urbana. É deste lugar que ela coloca suas prescrições, sempre evitando o esquematismo dos modos de vida que os planejadores modernos propunham em seus modelos utópicos.

---

<sup>3</sup> Jane Jacobs (2000) focou sua crítica de forma muito precisa nas manifestações modernas de urbanismo em solo americano, especialmente as propostas de Ebenezer Howard e suas cidades-jardins, mas também a partir da utópica *Ville Radieuse*, de Le Corbusier e o movimento *City Beautiful*, ideado por Daniel Burnham para cidades como Chicago, Cleveland, Detroit, e Washington, D.C. Nesta época, estava em voga o programa norte-americano de renovação urbana, que remodelava totalmente algumas áreas já consolidadas dos centros da cidade, instalando uma arquitetura burocrática ou monumental, vias expressas e viadutos.



A crítica de Lefebvre (2001), por sua vez, se colocava de forma totalmente teórica, apoiada principalmente nos processos e lógicas internas do urbanismo centralizado que, apoiado sob uma série de “ciências parcelares”, acreditava ser capaz de compreender a realidade urbana na prancheta de um arquiteto: “é a cidade essa soma de indícios e de indicações, de variáveis e de parâmetros, de correlações, essa coleção de fatos, de descrições, de análises fragmentárias por que fragmentantes?” (p. 43). À assepsia do projeto e dos números da administração citadina falta a carne da vida social, cuja imprevisibilidade escapa de qualquer método quantitativo.

Da mesma forma que Jane Jacobs (2000) rejeitava as bucólicas cidades-jardim corbusianas, acreditando na densidade das metrópoles, Henri Lefebvre (2001) afirmava que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (p. 117, 118). Ele compreende, portanto, este direito inalienável como superior e englobante de uma série de outros direitos tais como: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (p. 134).

É justamente neste sentido que Lefebvre imagina uma cidade mutante, efêmera, que se altera como organismo vivo, atualizado incessantemente pelo trabalho dos urbanistas e enformado pelas mentalidades coletivas:

A cidade ideal comportaria a obsolescência do espaço: transformação acelerada das moradias, dos locais, dos espaços preparados. Seria a cidade efêmera, perpétua obra dos habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados para/ por essa obra. O tempo aí retoma seu lugar, o primeiro lugar. Não há dúvida alguma de que a técnica torna possível a cidade efêmera, apogeu do lúdico, obra de luxo supremo (LEFEBVRE, 2001, p. 133).

Apesar de não compreender a construção do espaço físico da cidade como obra de seus habitantes, Jane Jacobs (2000) afirma que cabe apenas a eles apropriar-se dos lugares, atribuindo-os usos e formas de sociabilidade. O principal papel dos espaços públicos estaria na promoção de seu uso por pessoas, mas a mera existência de parques e jardins não é suficiente. A frequência dos espaços públicos estaria diretamente ligada com a diversidade de usos e atividades

desenvolvida nestes espaços. Afinal, os moradores “não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem” (idem, p. 98). Neste sentido, Lefebvre (2001) parece estar totalmente de acordo ao afirmar que nem um sociólogo ou um arquiteto

cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas (LEFEBVRE, 2001, p. 109).

Ao contrário dos planos modernistas, em que o uso das ruas seria visto como sinal de barbárie, Jacobs (2000) enaltecia o caos urbano e a vida nos bairros, condenando as políticas de zoneamento dos modernistas. Se estes pressupunham que os habitantes da cidade buscam uma contemplação solitária do vazio, da ordem e da calma, a jornalista desmente totalmente esta tese. A contrapelo, ela acreditava que uma rua viva sempre possuiria, ao mesmo tempo, usuários e observadores, ou ainda: “o homem procura o homem”. Para Jacobs, portanto, esta cultura de uso dos espaços urbanos seria responsável por fomentar a sociabilidade e um sentimento de cooperação entre os vizinhos:

Ao falar a respeito da segurança nas calçadas, mencionei a necessidade de haver, no cérebro por trás dos olhos atentos à rua, um pressuposto inconsciente do apoio geral da rua quando a situação é adversa - quando um cidadão tem de escolher, por exemplo, se quer assumir a responsabilidade, ou abrir mão dela, de enfrentar a violência ou defender desconhecidos. Existe uma palavrinha para esse pressuposto de apoio: confiança. A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas (...) A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local- a maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém - resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. A inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado (JACOBS, 2000, p. 60).

Jane Jacobs entende que os “olhos da rua”, ou seja, pessoas olhando os espaços públicos, coibiriam a violência e a degradação urbana, e por isso orienta que as janelas das casas devam ser voltadas para a rua, evitando-se as fachadas cegas. Ela também enaltece “a necessidade de quadras curtas”, valorizando os percursos e esquinas. Por este mesmo motivo a jornalista defende a utilização das calçadas sem interrupção, inclusive por crianças. Contradizendo a ideia corrente de que as crianças precisam de parques e brinquedos públicos, Jacobs chega à

conclusão de que a rua ou calçada seria o lugar mais adequado para elas, uma vez que torna possível aos pais olhá-las:

as calçadas são tradicionalmente consideradas um espaço destinado ao trânsito de pedestres e ao acesso a prédios e continuam a ser desprezadas e desprezadas na condição de únicos elementos vitais e imprescindíveis da segurança, da vida pública e da criação de crianças nas cidades (JACOBS, 2000, p. 95).

As teorizações de Henri Lefebvre (2001), por sua vez, não se destinam a solucionar questões específicas da urbanidade. Elas consistem principalmente de proposições metodológicas que escapam dos modelos utópicos idealizados pelos urbanistas modernos. Sua “utopia experimental” envolve a criação de micro-utopias locais, sob medida, submetidas a uma outra economia, aquela do tempo e do desejo. Esta abordagem experimental e efêmera se contrapõe aos ímpetus quantitativos do urbanismo centralizado:

Que a imaginação se descobre, não o imaginário que permite a fuga e a evasão, que veicula ideologias, mas sim o imaginário que se investe na apropriação (do tempo, do espaço, da vida fisiológica, do desejo). Por que não opor à cidade eterna as cidades efêmeras e aos centros estáveis as centralidades móveis? São permitidas todas as audácias. Porque limitar essas proposições apenas à morfologia do espaço e do tempo? Não se excluem proposições referentes ao estilo de vida, ao modo de viver na cidade, ao desenvolvimento do urbano em relação a esse plano (LEFEBVRE, 2001, p. 114).

A importância dos trabalhos de Lefebvre e Jacobs está justamente em compreender que os espaços públicos possuem uma dimensão social que vai muito além da infraestrutura física passível de ser oferecida pelos urbanistas. Ambos os autores elucidam que os elementos da infraestrutura física não devem ser pensados como fins em si mesmos, mas constituir espécies de dispositivos relacionais que possibilitem uma interação e sua incorporação pelos habitantes. Desta forma, eles puseram abaixo uma série de preconceitos aplicados aos espaços públicos e que foram extremamente nocivos para o desenvolvimento das cidades. Pois quando o urbanismo moderno procura pensar a cidade como uma pintura, algo separado da vida humana, é inevitável que a escala idealizada transcenda a dos homens. A escala das utopias é supra-humana.

Mas muito embora Jane Jacobs tenha deixado um legado crítico inegavelmente importante, muitos de seus preceitos foram subvertidos. Nos anos 1980, por exemplo, o pós-modernismo se apropriou da ideia de que deveria haver uma diversidade de edifícios em diferentes tempos históricos para embasar suas pesquisas estéticas, o que levou David Harvey (1996) a afirmar: “não tenho nenhuma certeza de que tenha sido isso que Jane Jacobs tinha em mente quando criticou o planejamento urbano modernista” (p. 83).

Desta mesma forma se deu a organização de um grupo conhecido como Novo Urbanismo, que influenciou em grande medida o remodelamento de cidades como Boston e Filadélfia. Ele ganhou força principalmente a partir de 1996, com a redação da *Carta do Novo Urbanismo*. A aplicação das ideias de Jacobs neste novo modelo são passíveis de crítica, principalmente no que concerne ao aumento significativo no número de condomínios fechados, gentrificação<sup>4</sup>, conservadorismo estilístico e homogeneidade, algo endossado por Harvey (2012):

Ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “Novo Urbanismo” que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos. Este é um mundo no qual a ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva tornaram-se padrão para a socialização humana (p. 81).

### 2.3 Neoliberalismo e o Direito à Cidade

É verdade que algumas leituras tendenciosas das ideias de Jane Jacobs pelo Novo Urbanismo tenham favorecido a manifestação de fenômenos neoliberais nas cidades. Mas também é inegável que tenha havido uma série de mudanças sociais e econômicas entre os anos 1960, quando ela escreveu seu livro, e a concepção dos planos urbanos de Boston e Filadélfia, trinta anos depois. A doutrina do capitalismo flexível engendra novos usos e funções para a cidade. Por outro lado,

---

<sup>4</sup> Segundo Bidou-Zachariasen (2006) este termo foi empregado pela primeira vez na década de 1960 por Ruth Glass, que caracterizou o fenômeno como “a transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas; e de um processo de natureza diferente: o de investimento, reabilitação e apropriação, por estas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares” (p. 22). Pesquisas mais recentes realizadas em diversas cidades do mundo em volta deste tema destacam “os mesmos tipos de fatores que representam as práticas ‘espontâneas’ dos habitantes, seus instrumentos técnicos (financiamentos, empréstimos imobiliários, etc.) e as políticas ‘voluntaristas’ das administrações locais” (p. 29).

o crescimento populacional mundial foi tamanho nos últimos trinta anos que, sem a possibilidade de responder com soluções urbanas que se adequassem a esta mudança, as grandes cidades se tornaram locais praticamente inviáveis para uma vida com qualidade.

Arantes *et al* (2000) situa a passagem de um modelo modernista de cidade para o neoliberal a partir dos princípios de gestão empresarial vigentes em seus respectivos contextos específicos:

No modelo modernista, o que seduziu e inspirou os urbanistas na empresa foi a unidade de produção: são os princípios de organização da produção que são transpostos para o plano urbano. Agora, os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos que vem do mundo da empresa privada (p. 86).

Nas últimas três décadas, as mudanças de mercado determinaram deslocamentos radicais nas políticas de planejamento urbano. O advento do neoliberalismo impactou profundamente as relações entre capital, Estado e sociedade, modificando o papel da cidade nos processos de acumulação. Se o keynesianismo comportava uma divisão clara entre o planejamento urbano e as necessidades de acumulação e circulação do capital, é notório que sob o Consenso de Washington<sup>5</sup> as cidades tenham passado a ser investidas como espaços diretos da valorização e financeirização do capital, sem mediações. Em coalizão com os capitalistas locais, os governos se articulam nacional e internacionalmente para atraírem investimentos, lançando as cidades em uma verdadeira guerra fiscal com as outras. Ganha quem oferecer as melhores condições para a instalação de negócios e empresas.

Esta internacionalização do capital das cidades produz uma enorme pasteurização da paisagem visual e gera aquilo que o arquiteto e urbanista Rem

---

<sup>5</sup> Expressão cunhada pelo economista John Williamson para caracterizar o conjunto de medidas econômicas adotadas e recomendadas oficialmente pelo Fundo Monetário Internacional a partir de 1990. Este conjunto de dez medidas significou um momento chave para a instauração de políticas de austeridade fiscal, privatizações e financeirização do capital. Elas corroboraram para a proliferação de políticas neoliberais pelo mundo, incluindo o paulatino desmonte do estado de bem-estar social.

Koolhaas (1995) denomina de Cidades Genéricas. As cidades neoliberais estariam sendo progressivamente destituídas de qualquer identidade de local. Para este teórico, a cidade genérica seria uma utopia a ser realizada, uma espécie de “revolução urbana total” como a preconizada por Lefebvre, e os “edifícios síntese” destes espaços seriam os aeroportos e hotéis. Os símbolos que vemos povoar sua paisagem visual são provenientes do capitalismo global, as logomarcas que podem ser encontradas em qualquer lugar (KOOLHAAS *et al*, 1995).

Neste sentido, podemos traçar um paralelo com com Arantes *et al* (2000), para quem a ideia da cidade-mercadoria estaria ligada à construção de “insumos valorizados pelo capital transnacional”, tais como “espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação, segurança...” (ARANTES *et al*, 2000, p. 79). Segundo este modelo, os equipamentos urbanos característicos das cidades se tornam justamente aqueles para servir aos atores do capital internacional em fluxo.

Jesko Fezer (2010) também compreende que as cidades se tornaram espaços-chave para os processos de globalização movidos por protagonistas com pouco ou nada a ver com planejamento urbano. Mas as diversas experiências que verificaram e difundiram o falimento do urbanismo centralizado podem acarretar alguns efeitos colaterais. A tese de que as cidades não são passíveis de planejamento, muitas vezes levantada por pesquisadores e planejadores progressistas, pode levar a uma

situação pós-política, em que os espaços de participação democrática são tragados por uma economia radical em curso e a despolitização do espaço social, um processo que não parece ter sido interrompido pela atual crise econômica global (...). Assim como Jacques Rancière, [Chantal] Mouffe vê no presente momento a existência de uma "pós-política" ou "pós-democracia". Toda contradição, afirma Mouffe, é, assim, expulsa da arena e categoricamente excluída. Para Mouffe, o maior obstáculo para a política democrática, isto é, a política baseada na conflito e contradição, encontra-se particularmente na autoimagem do neoliberalismo: a sua afirmação fundamental de que não há alternativa à ordem existente (idem, p. 2, tradução nossa).

Fenômeno característico de um período pós-político, a instituição de uma governança, em detrimento do governo, seria, para Harvey, um ponto chave para a compreensão das dinâmicas que criam um entrave nos processos democráticos imposto pelo neoliberalismo:

A governança substituiu o governo, os direitos e liberdades têm prioridades sobre a democracia, a lei e parceiras público-privadas sem transparência substituíram as instituições democráticas, a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedade sociais (HARVEY, 2013, p. 32).

O projeto de cidade neoliberal está intrinsecamente ligado à produção de territórios de consenso, onde possa aflorar sem empecilhos. Ele não é concebido como lugar de exercício das cidadanias locais, mas em termos de gestão capitalista, no sentido de se tornar atrativa para investimentos, onde o capital internacional possa se instalar e multiplicar. Se na urbes moderna o urbanismo seria responsável por garantir a circulação de mercadorias, nas cidades globais os governos se empenham em cobrir determinadas fatias do território com uma infraestrutura que sirva às multinacionais, não aos cidadãos. Esta passagem determina o deslocamento de uma ideia de cidade enquanto *polis*, de encontro e confronto entre os cidadãos, para a ideia de cidade como sujeito e objeto de negócios.

A instauração de um ambiente de consenso se choca frontalmente com aquilo que David Harvey (2013b) defende como sendo um dos principais direitos cidadãos: “o direito à diferença”. Afinal, “a cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam” (p. 30). Declaradamente inspirado no texto radical homônimo escrito por Henri Lefebvre abordado anteriormente, Harvey procura explorar um direito humano que ele defende ser fundamental: o direito à cidade.

O geógrafo retoma a ideia de que os processos de urbanização seriam fundamentais para a sobrevivência do capitalismo, “ao lado de fenômenos tais como gastos militares, na absorção do excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro.” (HARVEY, 2012, p. 75). A cidade, portanto, estaria “destinada a tornar-se um foco crucial da luta política e de classes” (idem). Para desenvolver a sua concepção de direito à cidade, Harvey toma de empréstimo as palavras do sociólogo urbano Robert Park em sua afirmação de que “ao fazer a cidade, o homem refaz a si mesmo” (HARVEY, 2013b, p. 38), de modo que o direito à cidade não deve ser apenas o direito de

usufruir de seus recursos, mas de mudá-la “mais de acordo com os desejos do nosso coração” (idem). Harvey (2013) associa as palavras de Park com as de Marx:

Existe um interessante paralelo entre o argumento de Park e as formulações de Marx. Podemos nos transformar apenas pela transformação do mundo e vice-versa, afirma Marx. Essa relação dialética está na raiz do significado do trabalho humano. Há um papel crucial aqui, diz Marx, para a imaginação de desejo. O que separa o pior dos arquitetos das melhores abelhas é que o arquiteto erige uma estrutura na imaginação antes de materializá-lo no solo. É a metáfora mais do que a profissão do arquiteto que deveria chamar nossa atenção. A implicação é que nós, individualmente e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos (...). Ao abrir a porta da imaginação humana, Marx, ainda que tenha procurado negá-lo, cria um movimento utópico dentro do qual nossas imaginações podem vagar e pensar possíveis alternativas de mundos urbanos (p. 31).

O geógrafo acredita na imaginação e no desejo coletivos como ferramentas revolucionárias. A naturalização daquilo que já existe, ou seja, a impossibilidade de imaginar outras realidades urbanas deveria ser evitada: “como poderia desejar um mundo alternativo possível, ou mesmo imaginar seus contornos, seus enigmas e charmes, quando estou profundamente imerso na experiência que já existe?” (HARVEY, 2013, p. 33). Ao que ele responde: “se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser re-imaginado e refeito” (idem). Entretanto, o ritmo das mudanças nas cidades é tão acelerado que se tona impossível compreender e delinear esta tarefa: “temos sido feitos e refeitos sem saber como ou porque” (ibidem). Mas se determinarmos que a cidade não está sendo feita de acordo com os nossos desejos, a única forma que temos para exercer o direito à cidade seria através da mobilização social e da luta política. “O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político” (HARVEY, 2013, p. 43).



### 3

## Urbanismo tático: a cidade na escala humana

### 3.1

#### Urbanismo tático

Ao contrário das proposições de Henri Lefebvre (2001), que alcançam maior complexidade e elaboração, nem todas imediatamente aplicáveis, os textos de David Harvey (2012; 2013; 2013b) parecem compor espécies de manifestos, que se mantêm em um regime quase aforístico. Há uma esperança acentuadamente otimista na proposição do geógrafo, que clama por participação: é um direito de todos e de cada um modelar a própria cidade, não podemos deixar o sistema das naturalizações inibir a função política da sociedade perante os desmandos de uma coalizão do Estado com o capitalismo em estágio avançado. O autor enaltece a ideia de uma tomada da cidade por seus habitantes como ato político necessário. Por outro lado, os discursos de crise do planejamento urbano performatizam sua impossibilidade de conceber cidades na escala humana e pedem dos arquitetos, urbanistas e designers uma outra visada para suas práticas de projeto.

É possível dizer que o urbanismo tático tenha surgido permeado por estes discursos que apontei no último capítulo<sup>6</sup>. Ele consiste de um conjunto de práticas que envolvem a elaboração de protótipos urbanos funcionais de baixo custo, com caráter efêmero ou permanente, mas invariavelmente engajadas na “ativação” de um determinado espaço público da cidade. Algumas das ações são criadas em determinados lugares e replicadas em outros, outras se restringem a uma localidade específica. Dentre as práticas recorrentes podemos destacar: a conversão de terrenos baldios, estacionamentos ou calçadas em praças temporárias ou permanentes; a reforma de praças realizada coletivamente e a

---

<sup>6</sup> Em Sobral *et al* (2015), por exemplo, documento que trata das ações de urbanismo tático realizadas no Largo da Batata, em São Paulo, vemos aparecer tanto a questão da cidade na escala humana, tal como pensada por Jane Jacobs (2000), quanto o Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012; 2013; 2013b). Este documento será analisado com maior minúcia em um momento posterior, à luz de outras questões.

baixo orçamento; bibliotecas e hortas comunitárias; locais públicos onde o cidadão pode se expressar visualmente; cinemas ao ar livre etc.



Figura 1: *Park(ing) day* realizado em Minneapolis, Estados Unidos, 2008. O nome desta ação de urbanismo tático, replicada em diversas cidades do mundo, brinca com os significados da palavra *park*, que em inglês pode significar parque ou estacionar. Ela consiste da requalificação de uma vaga de carro em um pequeno parque pelo período de um dia.

Estas práticas podem ser movidas tanto pelo governo quanto pelas populações, algumas vezes “mediada” por coletivos urbanos. Aqui nos interessa abordar apenas os casos em que as populações e coletivos estão envolvidos, justamente aquelas que advogam para si um caráter político. É importante frisar que elas se diferenciam das práticas informais realizadas em favelas, tais como os mutirões, se não pelas localidades onde ocorrem, principalmente pela origem daqueles que movem estas ações: no caso do urbanismo tático estamos falando de pessoas da “classe criativa”, ou seja, arquitetos, designers e artistas. Se os mutirões, em sua maioria, são destinados a atender a necessidades básicas em locais negligenciados pelo Estado, o urbanismo tático geralmente está endereçado a locais destinados ao lazer e à sociabilidade, tais como praças.

Apesar de suas particularidades regionais e locais, de modo geral estas práticas envolvem a apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios, ativados pela força do trabalho conjunto em torno de alguma melhoria

física local ou proposição de novos usos. Aqui tem lugar uma série de metodologias colaborativas de decisão, onde os moradores das proximidades são capazes de opinar sobre os espaços públicos de suas regiões, processos que empoderam as populações e colocam vizinhos de bairro em contato. Talvez o exemplo mais comum seja a construção conjunta de mobiliários urbanos.



Figura 2: *Build a Better Block* realizado em Dallas, Estados Unidos, 2010. Esta ação de urbanismo tático foi realizada em diversas cidades americanas e consiste da requalificação coletiva dos espaços públicos de uma quadra por um período curto de tempo.

Estas práticas visibilizam um duplo embate institucional: tanto contra o urbanismo centralizado, que ignora as especificidades regionais e não pensa na “escala humana”, quanto contra a representatividade política, percebendo que a burocracia estatal impede o usufruto ao pleno direito à cidade. Há, portanto, um entendimento de que a autoconstrução coletiva constitui uma solução urbana autônoma com relação ao Estado, mas também uma forma de confronto a ele, portanto política, uma vez que expõe seus limites e fraquezas.

Contudo, apesar de algumas das ações de urbanismo tático conceituarem suas práticas através dos ideais do direito à cidade de Harvey e Lefebvre, é importante frisar que aqui não se pressupõe que todas as práticas de urbanismo tático surjam necessariamente como resposta direta a ele. Em todo caso, é inegável que possamos estabelecer entre eles uma similitude bastante curiosa naquilo que

concerne a sua filiação ideológica. Ambos compreendem que a política não pode ser unicamente assunto de políticos, mas deve ser feita na cidade e pelos cidadãos, organizados de forma independente do governo. Essa ação direta nos permite sair da apatia e mudar nossa realidade.

Se isto é certo para os processos políticos, a urbanização segue o mesmo curso. Legados aos urbanistas profissionais ou ao sabor do mercado imobiliário, as vontades do cidadão não se veem representadas. Mas se os cidadãos se organizam de forma independente e autônoma, eles podem ver seus anseios respondidos. Embora muitas vezes o objetivo das ações de urbanismo tático seja sua posterior implementação, há implícita uma crítica à noção de projeto, pressupondo que testar in loco as soluções urbanas seja melhor que partir das ideias de uma prancheta de urbanista. Neste sentido notamos sua filiação às ideias de Jane Jacobs e Henri Lefebvre.



Figura 3: *Place au changement*, Saint-Étienne, França, 2011. Ação de requalificação temporária de um terreno baldio na cidade de Saint-Étienne, França, realizada pelo *Collectif Etc* junto à população local.

Veremos a ambiguidade destas concepções políticas, olhando especialmente para um caso específico de urbanismo tático. Antes de tudo, é preciso ratificar que não é o objetivo da presente dissertação invalidar quaisquer

práticas que possam tomar corpo na cidade, apenas apontar algumas contradições que parecem por vezes passar despercebidas quando a sede de agir politicamente impera. Em um momento em que a política vem sendo finalmente entendida para além da estrutura do governo, emergindo como um importante valor a ser explorado por cada indivíduo em seu dia-a-dia, no âmbito de pequenas organizações e comunidades, é também tempo de operar alguns questionamentos. Sendo assim, considero relevante exercitar um olhar crítico que interrogue até que ponto estas mesmas ações que se compreendem contra o governo não terminam por participar dos mesmos mecanismos de poder instituídos. Por outro lado, se a microfísica do poder parece se abater radicalmente sobre nossos corpos e vidas, as possibilidades da política emergem sempre e algumas delas serão enumeradas adiante. Mas antes disto procuraremos compreender de que forma o urbanismo tático se articula discursivamente, tanto por seus defensores quanto por seus críticos.

O urbanismo tático vem ganhando bastante notoriedade, em eventos dos quais podemos destacar o pavilhão dos Estados Unidos na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2012, que dedicou a este tema a exposição *Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good*<sup>7</sup> (ver HOU; 2012 e DOUGLAS, 2012). O MoMA (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque) também realizou, em 2015, uma exposição intitulada *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*<sup>8</sup> abordando algumas ações de urbanismo tático (ver GADANHO, 2014). Ele aparece sob algumas outras denominações, tais como urbanismo de guerrilha, design cidadão, urbanismo faça-você-mesmo etc. Seu espectro engloba desde ações que se assemelham a intervenções urbanas, por vezes efêmeras, até ações muito semelhantes àsquelas realizadas pelo poder público.

Dentre as abordagens mais relevantes deste tema, podemos destacar Douglas (2011; 2012; 2014), Hou (2010; 2011a; 2011b; 2012), Lydon & Garcia (2011; 2012; 2013; 2014), Camponeschi (2010) e Visconti *et al* (2010). Contudo, muitos destes artigos se limitam majoritariamente a pensar o urbanismo tático

<sup>7</sup> Em português “Intervenções espontâneas: ações de design para o bem comum”

<sup>8</sup> Em português “Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão”

(bem como sua miríade de variantes) no âmbito da participação cidadã e integrada aos processos democráticos. A presente dissertação se limita a lidar apenas com Lydon & Garcia (2011; 2012; 2013; 2014) que, embora pareça por vezes estar oferecendo uma propaganda panfletária do urbanismo tático, foi responsável por cunhar este termo, e Douglas (2011; 2012; 2014), que oferece uma visão sociológica bastante crítica destas manifestações que denomina *do-it-yourself urban design*<sup>9</sup>. Além destes dois autores, abordamos um material produzido no âmbito do projeto *A Batata Precisa de Você*, que consistiu de uma série de ações de urbanismo tático realizada no Largo da Batata, na capital paulista (SOBRAL *et al*, 2015).

Iniciemos pela publicação que deu origem ao termo *urbanismo tático*. Ela é composta de quatro volumes intitulados *Tactical Urbanism*, realizados pelo *Street Plans Collaborative*, um escritório de planejamento urbano com filiais em algumas cidades americanas que se dedica a atividades de pesquisa e ensino, entre incentivos privados e públicos. Ao pesquisar a origem destas instituições, rapidamente percebemos sua filiação aos ideais de uma cidade na escala humana, tal como preconizado por Jane Jacobs. Esta publicação parte de um esforço de mapear, a posteriori, casos de urbanismo tático ocorridos “espontaneamente” no mundo inteiro, com o auxílio de entidades de pesquisa locais. Os quatro volumes, disponibilizados para download em pdf, serão aqui tratados como uma só obra, uma vez que diferem apenas naquilo que concerne ao recorte espacial explorado.

Os dois primeiros volumes, dedicados estritamente a casos americanos, foram elaborados em 2011 e 2012 em parceria com o *CNU NextGen: The Next Generation of New Urbanists*, uma organização sem fins lucrativos que visa a difundir os ideais do Novo Urbanismo. O terceiro volume, por sua vez, foi publicado em 2013, e se dedica aos casos latino-americanos. Ele foi realizado em parceria com o *Ciudad Emergente*, uma empresa que se define como “promotor de inovação urbana que visa a melhorar a qualidade de vida nas cidades em desenvolvimento através de plataformas de informação de gestão e projetos participativos com alto impacto”<sup>10</sup>. Já o quarto volume data de 2014 e reúne casos

---

<sup>9</sup> Em português “Urbanismo faça-você-mesmo”

<sup>10</sup> Traduzido do espanhol a partir de < <https://www.facebook.com/CiudadEmergente/>>, acesso em março de 2017.

da Nova Zelândia e Austrália. Ele foi realizado em parceria com o *CoDesign Studio*, uma consultoria australiana em assuntos de planejamento urbano e *placemaking*<sup>11</sup>. A importância de olhar para a origem destes volumes está em localizar os discursos aos quais estão filiados.

O urbanismo tático é apresentado por Lydon & Garcia (2011; 2012; 2013; 2014) enquanto ações de baixo custo e natureza prototípica realizadas diretamente pelos habitantes nos espaços urbanos. Driblando a burocracia estatal, os cidadãos poderiam, desta forma, alertar ao governo sobre algum tipo de necessidade local ou testar soluções urbanas a serem posteriormente sancionadas. As ações apresentadas possuem natureza efêmera ou permanente, mas em todo caso destinadas a informar a planificação urbana de longo prazo. Sua definição de urbanismo tático, nos é dada no Volume 1, descrito como

Uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local; um compromisso de curto prazo e expectativas realistas; uma atividade de baixo risco, possibilitando gerar recompensas elevadas; o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de competências organizacionais entre a esfera pública e privada (LYDON & GARCIA, 2011, p. 7).

Além dos casos de urbanismo tático, os volumes apresentam as seguintes informações: uma breve cronologia do urbanismo tático, algumas definições que nortearam a pesquisa, um delineamento das táticas e dos “taticistas”, especificidades encontradas em cada lugar onde a pesquisa foi realizada e uma distinção entre urbanismo emergente e imergente. Também é apresentada uma breve crítica ao urbanismo centralizado, defendendo alguns ideais do Novo Urbanismo.

Seus atributos colaborativos aparecem em diversos momentos, assim como os fatores que favorecem o empoderamento das populações locais e o *placemaking*. A tomada dos processos urbanos mãos dos próprios habitantes também é uma tônica. Estas questões podem ser notadas no seguinte trecho:

Tanto pela sua simplicidade e agilidade, uma das virtudes do Urbanismo Tático é a lógica do ‘aprender fazendo’. Desde reunir um grupo de vizinhos para se apropriar de uma rua, acalmar o tráfego e dividir uma mesa, até desenhar uma ciclovia com um par de pincéis e latas de tinta, estas ações leves, rápidas e baratas que de alguma forma incentivam as pessoas a se organizar, tomar decisões e se

---

<sup>11</sup> É difícil traduzir a expressão *placemaking*, mas ela pode ser entendida como um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos que procura estimular interação entre pessoas.

fortalecer uns aos outros, transformando cidadãos comuns em atores aptos a ajudar no desenvolvimento de seus bairros (LYDON & GARCIA, 2013, p. 14, tradução nossa).

Antes de nos lançarmos no questionamento do estatuto político destas ações, convém ressaltar alguns aspectos que são encobertos nos discursos que lhes subjazem. Primeiramente é preciso lembrar que a mera possibilidade aberta para que qualquer pessoa integre as dinâmicas propostas não implica necessariamente em uma participação efetiva de todos: nem todos dispõem de tempo e recursos materiais para investi-los na construção coletiva de praças. Disto resulta que apenas algumas pessoas tomem parte nos processos decisórios ali envolvidos, de modo que sua vontade acaba fatalmente imposta aos demais usuários, passantes e vizinhos da praça. Os processos colaborativos e a horizontalidade têm limites, ainda que pareçam totalmente democráticos.

É possível estabelecer um paralelo rápido com a forma como a política era organizada na *polis* grega: se as decisões eram tomadas através do “conversar um com o outro e no convencer mútuo” (ARENDT, 1998, p. 66), por outro lado dispor de tempo livre para o exercício da política era um privilégio apenas daqueles que possuíam escravos. Da mesma forma, no urbanismo tático as decisões sobre o espaço público passam pelas mãos daqueles que podem e querem investir seu tempo nas atividades que lá se desenvolvem. Ainda que o Estado não esteja atuando diretamente, a sociedade é desigual e seria ingênuo pensar que as relações de poder não estariam sendo reproduzidas nestas dinâmicas.

Já o sociólogo americano Gordon Douglas (2011; 2012; 2014) parte de estudo de caso realizado em 14 cidades dos Estados Unidos, em que ele procura investigar as razões que expliquem a aparição do *urbanismo faça-você-mesmo*<sup>12</sup> em diversos locais com formas análogas. Ele o distingue de outras formas “tradicionais” de intervenção espacial, tais como grafite, ocupações etc., por sua natureza “criativa, altamente localizada e anônima, visando explicitamente a uma melhoria no espaço construído de uma determinada comunidade local” (DOUGLAS, 2011, p. 1, tradução nossa). Ao contrário dos fenômenos correlatos,

---

<sup>12</sup> Traduzido da expressão em inglês *do-it-yourself urbanism*.



estas ações teriam uma natureza segundo a qual não poderiam ser descritas como “apenas um crime” ou “apenas arte”.

Por meio de entrevistas, o sociólogo descobriu que seus praticantes, majoritariamente da “classe criativa”, estariam movidos a “simplesmente fazer uma pequena parte da cidade um pouco melhor” (p. 7, tradução nossa) e não pareciam confiantes quanto aos impactos e consequências mais gerais destes atos. Para Gordon Douglas (2014) a aparição das manifestações de urbanismo tático está intimamente ligada às dinâmicas da cidade neoliberal:

Embora cidades sempre tenham sido projetos orgânicos, como discutido, depois de mais de dois séculos de aumento da gestão e profissionalização do planejamento urbano e tanto aperto normativo e legal de controle sobre o uso do espaço urbano (...), o ressurgimento de abordagens faça-você-mesmo não autorizadas para o ambiente construído desde a década de 1960 pode ser descrito como um fenômeno da chamada era neoliberal. Aparentemente coincidente com o período de reestruturação econômica e com uma política de desregulamentação, o design urbano faça-você-mesmo pode ser visto como uma reação e um produto das estruturas e processos que definem as cidades contemporâneas - tendências como o desinvestimento do Estado, mercantilização, gentrificação, e uma intensificação geral do desenvolvimento desigual (p. 10, tradução nossa).

Ainda que as manifestações de urbanismo tático pareçam totalmente espontâneas, é possível pontuar algumas características específicas dos espaços urbanos contemporâneos que estão profundamente ligadas aos regimes neoliberais. Douglas relaciona algumas condições produzidas por este modelo econômico às ações de urbanismo tático:

Jardinagem de guerrilha, ideias improváveis de desenvolvimento, e melhorias não autorizadas das ruas são respostas diretas à negligência percebida em alguns espaços, enquanto a remoção de publicidade, propostas desejantes, e intervenções a favor dos pedestres reagem à hiper-mercantilização ou insensibilidade dos outros (DOUGLAS, 2014, p. 10, tradução nossa).

Do neoliberalismo parte um discurso em defesa de que “cada um deve fazer a sua parte”, dentro do espírito de responsabilização do indivíduo que o caracteriza, mas por outro lado o desinvestimento do governo nos locais públicos se torna cada vez mais patente. Ao mesmo tempo, o urbanismo centralizado e as formas de representatividade política afirmam-se falidas e pedem uma atuação direta dos cidadãos. Aqui, de forma bastante ambígua e pouco unívoca, as sensações e discursos gerados por uma negligência do Estado parecem levar

cidadãos a fazerem seu trabalho. Desta forma, um descuido do governo acaba sendo usada para seu próprio bem, mas, como afirma Gordon Douglas (2014),

se as condições neoliberais como o desenvolvimento desigual abre espaço para o urbanismo faça-você-mesmo, é possível que o urbanismo faça-você-mesmo permita ou encoraje a continuação destas mesmas condições (p. 19, tradução nossa).

Se já observamos de que forma seu termo foi cunhado e levantamos algumas críticas de destas ações, analisemos um caso específico. Dentre as diversas práticas de urbanismo tático mundo afora, no Brasil podemos destacar as do movimento *A Batata precisa de você*, desenvolvidas desde 2014 no Largo da Batata, no bairro paulistano de Pinheiros. Como reação a um processo de reurbanização do local movida pelo governo entre 2007 e 2013 que teria esterilizado uma região anteriormente conhecida pelo comércio popular e alta circulação de pedestres, um grupo de pessoas se juntou para dar início à requalificação deste espaço, propondo uma série de atividades participativas com os interessados. Em uma publicação disponibilizada na internet em agosto de 2015 seus coordenadores delineiam alguns dos conceitos que permeiam suas práticas, colocando a *sociedade civil* como elemento ativo central:

No contexto do urbanismo, refere-se a um modelo de ação exercido pela sociedade civil com o objetivo de recuperar e requalificar espaços públicos no seu bairro, comunidade ou região, sem buscar um apoio profissional, apenas utilizando ferramentas, instrumentos e materiais e tendo como base a ação colaborativa (SOBRAL *et al*, 2015, p. 16).

Neste momento vê-se necessário fazer algumas objeções com relação àquilo que os atores das mobilizações no Largo da Batata entendem como “caráter político” sem, de forma alguma procurar anular ou desmerecer por completo as ações lá realizadas, que seguramente têm seu valor. Por outro lado, é preciso exercitar o senso crítico para não transformar o urbanismo tático em uma nova utopia das práticas urbanas, principalmente no meio da “indústria criativa”. Afinal, há uma série de mitos em que seus discursos e práticas estão embebidos favorecendo este posicionamento. A crítica aqui empreendida se baseia justamente sobre os discursos que fundamentam estas práticas.

O atributo político destas ações vem enunciado de forma muito clara nesta publicação, articulada no sentido de “expor” uma falência do estado:

Essas microintervenção possuem forte caráter político, uma vez que expõem carências de espaços públicos e demandas da população que vive ou passa por esses locais. As microintervenção são também propositivas, demonstrando formas de ação imediatas, com impacto direto no ambiente construído. Em todo o mundo, intervenções pontuais organizadas em espaços urbanos por práticas coletivas oferecem uma reflexão crítica sobre o papel do arquiteto ou do urbanista, pois abrem espaço para que a população construa sua cidade, sem a necessidade de projetos, plantas ou extensos estudos prévios (...). Essas ações, de rápida articulação e execução, mudam o olhar sobre os problemas urbanos, utilizam recursos locais e favorecem o experimento. De forma simples e com pouco dinheiro, as intervenções sugerem usos alternativos, e, com frequência, inesperados, nos quais a participação do usuário funciona como um teste do potencial do espaço (SOBRAL *et al*, 2015, p. 22).



Figura 4: Construção coletiva de mobiliário urbano no Largo da Batata, São Paulo, 2014.

Estes agentes do urbanismo tático parecem colocá-lo como pedagogia política da falência estatal. Mas vale questionar até que ponto a “exposição” de algo pode ganhar um estatuto político. Será que é preciso expor a falência do Estado? Neste caso a patente falência do Estado se torna extremamente oportuna a ele, uma vez que produz um terreno fértil para que ações como esta se desenvolvam e ele se desresponsabilize. Em um momento de estágio avançado do neoliberalismo, quando os governos procuram se eximir ao máximo de suas funções, é bastante conveniente que a *sociedade civil* cubra suas lacunas. O problema é que a celebração destas iniciativas, purificadas sob a chancela política, obscurece o papel do Estado, tornando-o, por vezes, desnecessário. Ou, como argumenta Jessop

(2002), no contexto do neoliberalismo, quando o governo busca políticas de austeridade, estas ações que ele encaixa no âmbito neo-comunitarismo, legitimam a agenda de privatizações.

(...) o Relatório Mundial da ONU também identifica e defende diferentes estratégias para apoiar e complementar o projeto neoliberal em diferentes regiões e tipos de cidades. Suas propostas para as cidades informais, desreguladas, vulneráveis e em crescimento acelerado do mundo subdesenvolvido é combinar o neoliberalismo com uma forte ênfase na mobilização de energias populares, da economia informal ou social, e valores comunitários. Nessas cidades, então, atribui-se um papel fundamental ao neo-comunitarismo na sustentação do neoliberalismo (idem, p. 18, tradução nossa).

Ainda que as ações de urbanismo tático pareçam totalmente naturais e espontâneas, é no mínimo curioso que eles estejam acontecendo de forma tão semelhante em diversas partes do mundo, muitas das vezes celebradas como importantes formas de atuação política no âmbito da urbanidade. Neste sentido, seria ingênuo pensar que a espontaneidade das ações desenvolvidas pelo urbanismo tático exclui a possibilidade de que os indivíduos estejam sendo mobilizados a serviço do Estado.

Se o sociólogo Douglas Gordon analisa de que forma o desinvestimento do Estado nos espaços públicos cria um ambiente propício para este tipo de manifestação, ele não chega a elucidar os motivos que levariam uma pessoa a efetivamente se empenhar na construção coletiva do espaço. Portanto, convém analisar quais elementos trabalham no nível da produção desejante subjacente a estas ações. A vontade de atuar politicamente, de “fazer a sua parte”, parece servir como motor para que os cidadãos tomem para si algumas das atribuições do governo. Mas de que forma isto se dá? Como funcionam os mecanismos de poder que, sem a obrigatoriedade de uma ordem, nos induzem a certas atitudes? Pensar o Homem como sujeito de si mesmo não ajuda a compreender este fenômeno.

### 3.2

#### **Urbanismo tático e poder biopolítico**

Abandonemos um pouco a questão específica do urbanismo tático, a ser retomada adiante. Aqui o aporte teórico foucaultiano pode ser de extrema utilidade para responder a esta questão. Ele permite ver de que forma o poder não apenas limita, proíbe e censura, mas que a sua força está na produção de subjetividades e

gestão das vidas. Precisamos ter em mente que no princípio biopolítico, as liberdades e suas limitações integram o próprio interior da prática governamental. É justamente sobre a vida que a biopolítica, tecnologia de poder que se instala de forma maciça a partir do século XIX, se precipita e opera. Convém compreender de que maneira esta forma de governamentalidade se apoia sobre um aparato científico, que passa a produzir “discursos verdadeiros” e a incidir sobre as vidas da população. As imbricações poder-saber, sempre evidenciados nas analíticas foucaultianas, aparecem aqui de forma bastante manifesta:

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. E a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (...) (FOUCAULT, 1999, pp. 292, 293).

Esta nova tecnologia de poder se encarrega especialmente da vida, mas não naquilo que tange ao corpo individual, objeto do poder disciplinar<sup>13</sup> por excelência. A biopolítica se endereça a um conjunto de homens na medida em que ele forma uma massa global, olhando para fenômenos relativos especificamente à vida, tais como nascimentos, a morte, a reprodução, a doença etc. Essa multiplicidade é encarnada na figura da população, que passa a existir neste momento, sujeitada às mais diversas quantificações estatísticas. Todavia, estes números não se restringem a uma coleta de dados, mas são usados para estipular normas, medidas e estratégias, ajudam a enformar a realidade da qual são extraídos:

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que ele é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres

<sup>13</sup> Nos contentemos com uma definição rápida, por hora. Para Michel Foucault (1989) o poder disciplinar surge por volta do século XVII, portanto antes do biopolítico. Enquanto este se dirige à vida, aquele está endereçado individualmente aos corpos, interessado em torná-los dóceis e produtivos. Estas duas formas de poder não se substituem historicamente, elas coexistem e se complementam. Apenas operam em diferentes níveis da sociedade.

vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida (FOUCAULT, 1999, pp. 293, 294).

Mas o poder biopolítico também depende da assunção dos fenômenos relativos a população como naturais, de modo a recortar os seres-humanos como entidades biológicas, cujos meios podem ser modificados para garantir uma otimização da vida. Aqui surgem a medicina social e a noção de higiene pública, que fundariam as bases para a gênese do urbanismo enquanto disciplina técnica. Mas esta mesma forma de governamentalidade passa a produzir discursos que alocam diversos fenômenos eminentemente sociais no âmbito da natureza. Dentre estas noções podemos citar a ideia de que os homens são seres intrinsecamente sociais, traço que estaria definitivamente inscrita na natureza humana. Ora, se em qualquer lugar podemos encontrar agrupamentos e sociedades, então estatisticamente deduzimos que esta característica participa do grau-zero de civilização: ali encontramos o ser-humano enquanto espécie.

Esta concepção viria a justificar um liame natural entre um indivíduo e todos os outros, um vínculo espontâneo, e que não é constituído ou desejado pelo Estado. Desta forma, se a população, em suas relações, constitui uma entidade totalmente natural, a política não passa de um artifício. Este discurso produz um recorte que compreende duas realidades apartadas e opostas: de um lado a sociedade, do outro o Estado, e é justamente neste bojo que vemos o surgimento da *sociedade civil*.

A sociedade como campo específico de naturalidade própria do homem: é isso que vai fazer surgir como *vis-à-vis* [oposição] do Estado o que se chamará de sociedade civil. O que é a sociedade civil, senão precisamente esse algo que não se pode pensar como sendo simplesmente o produto e o resultado do Estado? Mas tampouco é algo que é como que a existência natural do homem (FOUCAULT, 2008a, p. 470).

Mas no dia em que a *sociedade civil* conseguir se emancipar das tutelas do Estado, no dia em que “o poder do Estado puder enfim ser absorvido por essa sociedade civil” (idem, p. 478), então será talvez o fim da história, mas certamente o da política e do Estado. Esta escatologia é uma das formas de contra-conduta apontada por Michel Foucault, e que deu origem a uma miríade de práticas revolucionárias nos séculos XIX e XX.

Dito isto, voltamos para a forma como a política é articulada no caso de urbanismo tático do Largo da Batata. A chave para compreender de que forma o poder biopolítico atua na produção desejante que impele os sujeitos na construção coletiva dos espaços urbanos, neste contexto específico, talvez resida justamente na ideia de *sociedade civil*, que aparece diversas vezes na publicação analisada anteriormente. Ela é um dos pontos de imbricação fundamentais entre a gestão das vidas promovida pelo poder biopolítico e o neoliberalismo nas cidades. Esta relação será devidamente elucidada, mas para isso convém entender de que forma a ideia da *sociedade civil* se manifesta discursivamente neste caso de urbanismo tático. Nota-se que ela está totalmente apoiada em oposição ao Estado.

Dado o patente falimento dos meios de representatividade política e do devir formalizante do projeto urbano centralizado, o designer, arquiteto ou coletivo aparecem como representantes da *sociedade civil* que dispõem de metodologias diferentes para lidar com os espaços públicos. São *mediadores*, figuras neutras, como costumam se assumir. Parece que a atuação consensual do *mediador* é capaz de abaular as arestas agudas das dissensões inerentes a qualquer espaço social, mas ainda permanece o problema de lidar com as diferenças e particularidades. Resta entender os limites da horizontalidade e da colaboração que aí se instauram, e se ainda com a intervenção destes *mediadores* aquilo que será construído é o que *todos* querem, ou um projeto de cidade sempre envolverá a imposição da vontade de alguns sobre os outros.

Por exemplo, se vemos nestas ações o emprego de um repertório recorrente de formas, materiais e técnicas construtivas que carregam consigo um poder simbólico que pode gerar sentimentos de exclusão, afinal a “mediação” ou atuação direta de arquitetos e designers nestes processos sem dúvidas implica na assunção de aportes estéticos específicos de seus campos. Além disso, apesar de não haver ainda indícios, a melhoria de espaços públicos realizada pela população, assim como ações análogas movidas pelo governo, pode engendrar processos de *gentrificação*.

A oposição Estado/ *sociedade civil*, por sua vez, faz parecer que cada uma das partes compõe uma unidade, e a partir do momento em que a segunda se liberta da primeira se torna fácil decidir o que é melhor para ela. Aqui o interesse coletivo é dado, como bloco uníssono que se contrapõe a um Estado que nada sabe sobre os

desejos e necessidades de seus habitantes. Ainda que este fato não seja completamente falso, criar uma dicotomia desta natureza parece ser um recurso discursivo que corrobora para a criação de um consenso do outro lado. E mesmo em escala reduzida, muitos dos problemas do planejamento urbano formal permanecem nas abordagens do urbanismo tático.

É curioso como justamente esta é uma das formas de contra-conduta apontadas por Michel Foucault (2008a): aquela de uma sociedade que nega o princípio do Estado como detentor de uma certa verdade sobre os homens, sobre a população e tudo aquilo que acontece no território. Mas esta sociedade pode delegar a um de seus membros ou a um partido a formulação desta verdade:

(...) a própria nação, em sua totalidade, deve ser capaz, num momento dado, de deter exatamente, em cada um dos seus pontos bem como em sua massa, a verdade sobre o que ela é, o que ela quer e o que ela deve fazer. A ideia de uma nação titular do seu próprio saber, ou ainda a ideia de uma sociedade que seria transparente para si mesma e que deteria a sua própria verdade, mesmo que, aliás, seja um elemento dessa população ou também uma organização, um partido, mas representativo de toda população, a formular essa verdade (FOUCAULT, 2008a, p. 479).

Vemos portanto, que é preciso olhar com mais cuidado para a retórica que opõe a Estado e *sociedade civil*. Foucault (2008b) procura justamente desnaturalizar esta dicotomia, procurando compreender a *sociedade civil* como tecnologia governamental moderna:

A sociedade civil – vocês sabem quantas vezes tem se aludido a ela, e não apenas no decorrer destes últimos anos. Desde o século XIX, a sociedade civil sempre foi referida no discurso filosófico, no discurso político também, como essa realidade que se impõe, que luta e se ergue, que se insurge e escapa do governo, ou do Estado, ou do aparelho de Estado, ou da instituição. Creio que é preciso ser muito prudente quanto ao grau de realidade que se outorga a essa sociedade civil. Ela não é esse dado histórico-natural que viria de certo modo servir de pedestal, mas também de princípio de oposição ao Estado ou às instituições políticas. A sociedade civil não é uma realidade primeira e imediata. A sociedade civil é uma coisa que faz parte da tecnologia governamental moderna (FOUCAULT, 2008b, pp. 403,404).

Ora, se a própria ideia de *sociedade civil* é fruto de mecanismos de poder criados no âmbito de uma governamentalidade moderna interessada na gestão das vidas, entendemos que o estatuto político de ações tais como o urbanismo tático pode ser questionado de forma bastante sólida. Isto porque os sujeitos estão agindo e se organizando segundo os mecanismos de produção e identificação que lhes são dados pelos próprios aparatos da governamentalidade. É um poder que se antecipa, que parece fundar as próprias possibilidades e espaços de resistência a ele.



Para o filósofo italiano Giorgio Agamben (2007) o questionamento sobre “o que significa agir politicamente” envolve compreender as diferenças entre “o político e o jurídico e entre o direito e o vivente” (p. 12). A partir desta reflexão ele concebe aquilo que chama de *Estado de Exceção*: a transformação de medidas excepcionais, adotadas em períodos de guerra ou estados totalitários, em uma das “práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (p. 13). Do ponto de vista jurídico isto significa basicamente que as fronteiras entre a norma e a exceção são borradas, de modo que as bordas daquilo que está dentro ou fora da legalidade se tornam extremamente difíceis de delimitar:

*Estar fora e, ao mesmo tempo, pertencer*: tal é a estrutura topológica do estado de exceção, e apenas porque o soberano que decide sobre a exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser, é que ele pode também ser definido pelo oxímoro *êxtase-pertencimento* (AGAMBEN, 2007, pp. 56, 57).

Da mesma forma, as análises que entendem a informalidade como realidade oposta e apartada da formalidade urbana mostram sua fragilidade: ambas são produzidas pelo Estado e é de seu interesse mantê-las em coexistência. O Estado neoliberal compreende a gestão da informalidade como parte de suas práticas governamentais, de modo que ela só é coibida quando lhe é interessante. Senão, sua existência é permitida e por vezes regulamentada, sancionada, como é o caso de algumas ações do urbanismo tático.

Se sob um primeiro olhar o urbanismo tático parecia se localizar do lado de fora do “sistema”, o vemos entrar no circuito dos poderes e do controle sobre a vida. Isto demonstra de que maneira as formas e possibilidades de oposição direta ao Estado são muitas vezes dadas pelos próprios mecanismos de governamentalidade, lhes servindo como parte constitutiva. Desta forma, a capacidade subversiva que nelas possa estar contida perde potência, pois, parafraseando a famosa poetisa feminista Audre Lorde (1984), “as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande”. A concepção do *Estado de Exceção*, que a partir do ponto de vista jurídico visibiliza a flexibilidade movente da fina membrana que divide a legalidade da ilegalidade, é sintomática de um tempo em que o poder parece se abater sobre tudo, em que uma atitude de oposição ao Estado já não aparece mais como possibilidade de uma ação política consistente.

As formas pelas quais o poder biopolítico contemporâneo encarna são múltiplas, atualizadas de forma brilhante por Peter Pal Pélbart:

(...) o poder já não se exerce desde fora, desde cima, mas sim como que por dentro, ele pilota nossa vitalidade social de cabo a rabo. Já não estamos às voltas com um poder transcendente, ou mesmo com um poder apenas repressivo, trata-se de um poder imanente, trata-se de um poder produtivo. Este poder sobre a vida, vamos chamar assim, biopoder, não visa mais, como era o caso das modalidades anteriores de poder, barrar a vida, mas visa encarregar-se da vida, visa mesmo intensificar a vida, otimizá-la. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir. Já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós. O que ele nos dita e o que nós dele queremos. Nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo já se vê inteiramente capturado. Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida, como nessa modalidade contemporânea do biopoder (PÉLBART, 2007, p. 58).

Mas colocado desta forma, o poder parece sair de um projeto racional muito bem estruturado e coerente. Ao contrário, ele é rizomático, fruto de uma cartografia de estratégias e pequenas táticas que se opõem umas às outras. Para Michel Foucault procurar dismantelar a “casa-grande” seria impossível, dada a natureza intrinsecamente heterotópica do poder. Pretender localizá-lo ou encontrar de onde ele emana é uma tarefa em vão: ele está sempre em outro lugar. Isto porque seus mecanismos são múltiplos e microfísicos, eles se abatem sobre os próprios corpos, sobre a vida de todos e de cada um. Somos produtos do poder. Este caráter produtor do poder é justamente a hipótese de Michel Foucault que explicaria sua extrema força:

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico.

O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vêm de todos estes vínculos. É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos de poder, me parece muito insuficiente, e talvez até perigosa (FOUCAULT, 1989, pp. 148, 149).

## 4

## Táticas de resistência

### 4.1

### A micropolítica

Ao recusar a “hipótese repressiva”, Michel Foucault rompe com a Teoria de Estado clássica, que entende o governo como principal detentor do poder, e afirma “que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (FOUCAULT, 1989, p. 150). Esta perspectiva ilumina as possibilidades de uma ação política para além da afronta direta ao Estado, abrindo espaço para uma miríade de práticas e potências micropolíticas. Ao contrário de procurar contrapor-se frontalmente ao poder, algo que já vimos ser uma tarefa inviável, trata-se de confrontá-lo em seus efeitos, de compreender as possibilidades da resistência tática. Afinal, como afirma Foucault, há um caráter de coextensividade nas relações entre o poder e práticas de resistência: “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2009, p. 105).

O historiador Michel de Certeau (1994) parte deste ponto inicial para teorizar sobre as possíveis formas de resistência micropolítica, se apoiando também sobre as noções foucaultianas de tática e estratégia. Enquanto a estratégia seria determinada por um projeto, uma visão do todo, nas táticas predomina a ausência de um “próprio”, de modo que o poder e o contra-poder constituam parte da mesma matéria, um outro que é também parte do mesmo. O autor pode nos fornecer alguns substratos valiosos para uma análise do potencial micropolítico das táticas:

(...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento “dentro do campo do inimigo”, como dizia Bullock, e nos espaços por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem totalizar um adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance.

Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ele ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1994, pp. 100, 101).

Ainda que seu nome pareça sugestivo, o urbanismo tático apenas flerta com os conceitos de Michel de Certeau. Algumas similitudes poderiam ser traçadas: a tática é avessa à noção de estratégia, que por sua vez remete ao projeto; e as práticas do urbanismo tático se investem em uma política de usos dos espaços públicos, aplicando-lhes novas funções. Mas se o historiador refuta a estratégia e o projeto urbano centralizado, ele o faz em prol dos usos e ressignificações pedestres dos espaços, de pequenas práticas diárias. O questionamento crítico do historiador ao uso de métodos quantitativos pelo urbanismo se constrói como oposição à racionalidade aplicada aos espaços públicos, cuja prática se destacaria da experiência corporal e imediata, impossível de cartografar. Ora, o urbanismo tático, apesar do nome, não consegue se desprender das formas racionalizadas e quantitativas de atuação na cidade: suas práticas compreendem votações e por vezes mesmo o uso de ferramentas projetuais. As resistências propostas por Certeau são mínimas e silenciosas, constituem as formas pelas quais, por exemplo, os pedestres significam os espaços, transformando-os em lugares. Mas é através dos usos que os sujeitos se produzem nos espaços.

O historiador investiga uma miríade de práticas que tencionam as relações entre a cidade e seus passantes no cotidiano, apreendida por um olhar cuidadoso e detalhista. Em sua fala metafórica, Certeau procura enunciar as possibilidades de uma micropolítica ao alcance das mãos, que participa dos usos, das práticas do dia-a-dia. Ele investiga de que forma a resistência se dá através de pequenas táticas que não necessariamente procuram dismantelar o poder, mas erodi-lo por meio das astúcias, das surpresas, dos oportunismos. Ao invés de pensar formas revolucionárias totalizantes, que implicariam uma tomada do poder e sua subsequente instauração e cristalização, pequenos ataques que trabalham nos seus interstícios. As táticas dependem de um completo nomadismo: não fixam lugar ou identidade.

A análise de Félix Guattari e Suely Rolnik (1986), por sua vez, procuram não opor a micro e a macropolítica como categorias totalmente apartadas que se dão em níveis diferentes da sociedade. Seu entendimento é que elas funcionam de forma interdependente, segundo uma relação de transversalidade. Esta hipótese pode ser compreendida se partimos do pressuposto de não é apenas um regime político que impõe uma certa conformação subjetiva para se manter no poder, mas ele depende de um determinado arranjo subjetivo para se perpetuar. Desta forma, as ações micropolíticas, ao levarem a mudanças subjetivas, ainda que lentamente e de forma pouco unívoca, poderiam ocasionar mutações de ordem mais estrutural na sociedade. Olhando para o aspecto processual das mudanças sociais, os teóricos formulam os níveis *molar* e *molecular*:

Os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos, podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referenda. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades. Essa travessia molecular dos estratos e dos móveis, operada pelas diferentes espécies de agenciamento, será chamada de "transversalidade" (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 321).

Enquanto as forças molares são estáveis, duras, as moleculares são flexíveis, atuam enquanto puro devir, sob uma lógica intrinsecamente instável.

Ao contrário da tradição filosófica ocidental, Guattari (1992) parte do pressuposto de que as subjetividades são fruto de uma heterogênesse polifônica, de múltiplos agenciamentos, incessantemente fabricadas a partir do encontro com o *outro*, e não matérias unitárias ou fixas. Este *outro*, por sua vez, pode assumir a forma de qualquer coisa que produza efeitos nos corpos e nas maneiras de viver, que se atualizam em cada sujeito de diferentes maneiras. A produção de subjetividades está vinculada a uma série de componentes molares, determinados pela linguagem, instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada momento histórico. Mas há também vetores moleculares, da ordem de uma contingência, capazes de produzir subjetividades. Traçando um paralelo com Foucault, nossa produção enquanto sujeitos é atravessada por vetores molares de subjetividade e moleculares de subjetivação.

Procurando estabelecer alguns pontos de apoio para a possibilidade de uma revolução molecular, Guattari parte do paradigma psicanalítico. Esta revolução estaria ligada a uma

repetição que muda algo, uma repetição que produz o irreversível. Um processo que produz História, que nos tira da repetição das mesmas atitudes e das mesmas significações. Então, por definição, uma revolução não pode ser programada, pois aquilo que se programa é sempre o *déjà-là*. As revoluções, assim como a História, sempre trazem surpresas. Por natureza, elas são sempre imprevisíveis. Isso em nada impede que se trabalhe pela revolução, desde que se entenda esse “trabalhar pela revolução”, como sendo o trabalhar pelo imprevisível (idem, p. 185).

A repetição que muda algo, que produz uma pequena ruptura na inércia da ordem social, estaria ligada a uma tomada de consciência dos nossos hábitos e da reprodução cotidiana dos modos de subjetividade dominante.

De forma semelhante a Félix Guattari e em contraponto direto ao Estruturalismo, onde as estruturas sociais parecem cristalizadas e praticamente imóveis, o antropólogo inglês Victor Turner procura analisar processos sociais em sua dinâmica. Em sua teoria do *drama social* ele evita olhar as sociedades que pesquisa - em especial a população Ndembu, do centro-sul africano – procurando uma unidade, mas opera uma visão aguçada sobre os agentes em suas negociações cotidianas. Ao contrário da antropologia clássica, as etnografias de Turner deixam entrever os diversos agentes, evitando a ideia de que uma cultura pode ser resumida como texto homogêneo, de modo que a vida social se mostre em sua complexidade multitudinária. Enquanto isso, o antropólogo enfatiza o caráter contingencial da etnografia que realiza: o que ele experiencia e descreve não é um dado fixo sobre uma cultura, mas relativo àquele intervalo de tempo específico. No âmbito desta dissertação não nos interessa uma compreensão completa do trabalho do Turner, mas pode ser de grande valor tomar de empréstimo alguns estados provisórios que coadunam as dinâmicas internas das mutações sociais apontadas por ele, tais como a *communitas* e o conceito de *liminaridade*, ambos caracterizados como antiestruturais.

Crendo que “os distúrbios do normal e do regular muitas vezes nos oferecem um maior *insight* sobre o normal do que o estudo direto” (TURNER, 2008, p. 30), ele se interessa especialmente pelos momentos de “irrupção pública de tensão” (idem, p. 28), que chama de *drama social*. Mas este substrato teórico não deve ser

compreendido apenas no âmbito de uma pesquisa versando sobre uma realidade exótica, ele constitui uma ferramenta valiosa para a leitura de diversos fenômenos que atravessam a nossa sociedade. Afinal, como o próprio Turner afirma, o *drama social* pode ser observado em “sociedades de todo tamanho e complexidade” (ibidem, p. 29).

Assim como o arcabouço teórico de Felix Guattari, Turner oferece teorias que podem servir tanto para uma análise micro ou macropolítica. Se o primeiro autor procura investigar aquilo que chama de Revolução Molecular (GUATTARI, 1981), o segundo se lança na análise dos dramas sociais. Apesar de reconhecerem a existência de estruturas cujas mudanças são lentas e difíceis, ambos compreendem que alguns processos sociais mais velozes são dificilmente apreendidos pelas análises estruturais. Desta forma, o processualismo do *drama social* aparece em relação de complementaridade dialógica à estrutura:

Análise processual pressupõe análise cultural, assim como pressupõe análise estrutural-funcional, incluindo mais análise morfológica estática comparativa. Ela não nega nenhuma dessas análises, mas põe a dinâmica em primeiro lugar (...). De certa forma, as atividades sociais das quais se extrai uma “estrutura estatística” podem ser caracterizadas como “processo lento”, na medida em que elas tendem a envolver o observado, por exemplo, nos dramas sociais, nos quais há uma grande parcela de singularidade e arbitrariedade. Tudo está em movimento, mas alguns fluxos sociais movem-se tão lentamente em comparação com outros que é como se eles estivessem quase tão fixos e estacionários quanto a paisagem e seus extratos geográficos subjacentes, embora também estejam, é claro, para sempre, em fluxo lento. Se tivermos dados disponíveis para se analisar uma sequência de unidades processuais cruciais por um período de, digamos, 20 ou 30 anos, podemos ver mudanças mesmo nos processos lentos, mesmo nas sociedades encaradas como “cíclicas” ou “estagnantes”, para usar os termos favoritos de alguns investigadores (TURNER, 2008, p. 39).

Para formular suas quatro fases do *drama social*, o antropólogo parte da análise de Arnold van Gennep (1978), para quem os ritos de passagem podem ser considerados entre *separação*, *transição* e *incorporação*. Nos é interessante notar que Turner toma como ponto de partida um paradigma estritamente antropológico, que olha para as etapas rituais em que um sujeito ao mesmo tempo muda seu status na sociedade e sofre mutações de ordem subjetiva. Este processo, por sua vez, é invariavelmente marcado pela presença de uma série de símbolos e metáforas. O antropólogo transpõe esta grade de análise para a ordem social, de modo a formular uma teoria que compreende a possibilidade de analogia entre fenômenos individuais e coletivos.

A primeira fase do *drama social* consiste na **ruptura** de uma norma de forma pública e evidente, articulada como ato de violação simbólica, não como crime. “Existe sempre algo de altruísta em uma violação simbólica deste gênero, e sempre algo de egoísta em um crime” (TURNER, 2008, p. 33). Ela pode ser empreendida por um sujeito, mas ele acredita estar agindo em nome de outros. Já a segunda fase é a de **crise**, que tende a se alargar, a menos que a ruptura seja isolada. “Este segundo estágio, a crise, é sempre um daqueles momentos de perigo e suspense, quando se revela um verdadeiro estado de coisas, quando é menos fácil vestir máscaras ou fingir que não há nada de errado” (idem, p. 34). Este momento compreende características que Turner chama de “liminares”, uma vez que se trata de um interstício entre duas fases relativamente estáveis do *drama social*. A terceira fase concebida é a da **ação corretiva**, quando mecanismos formais ou informais de regeneração e ajuste são acionados para controlar a difusão da crise. Caso falhem pode haver uma regressão à crise. Aqui, as técnicas pragmáticas e ações simbólicas tomam corpo. A quarta e última fase pode consistir tanto na “**reintegração** do grupo social perturbado ou no reconhecimento e na legitimação social do cisma irreparável entre as partes em conflito” (ibidem, p. 36).

Nos interessa observar a segunda fase do *drama social*, em que toma corpo a liminaridade. Mas se Turner imagina esta característica no âmbito de um fenômeno macropolítico, ele usa o mesmo conceito para pensar mutações de ordem subjetiva. A presente análise pretende colocar em diálogo o tratamento que é atribuído à liminaridade como possível dado ao mesmo tempo social e individual e, digamos, como acontecimento macro e micropolítico. Torna-se oportuno olharmos para estes momentos intersticiais em que a ruptura ou afastamento de uma determinada ordem suspende a cadência normal dos fatos e instaura um átimo onde algo pode mudar na organização da estrutura.

Turner (2008) toma de empréstimo a formulação da segunda etapa dos ritos de passagem de Van Gennep, um momento de suspensão:

No decorrer do período liminar, o estado do sujeito ritual (o “passageiro” ou “liminar”) torna-se ambíguo, nem lá, nem cá, *betwixt and between* qualquer ponto fixo de classificação; ele passa por uma domínio simbólico com poucos ou nenhum dos atributos do seu estado passado ou vindouro (...). Ele foi despedido dos atributos externos de posição estrutural, afastado das principais arenas da vida social em um alojamento ou campo de reclusão e reduzido a uma igualdade com seus companheiros iniciandos a despeito de sua condição pré-ritual (p. 216).



O antropólogo qualifica o período liminar como antiestrutural, postulando que ele oferece as condições de produção para metáforas-radicais. Estas, por sua vez, teriam um enorme poder para “desembrulhar” as estruturas, pois operam um trânsito de sentidos entre o sujeito subsidiário - um universo “profundo de imagens proféticas semivislumbradas” (TURNER, 2008, p. 45) -, e o sujeito principal - da ordem do “visível, plenamente conhecido (ou que se supõe plenamente conhecido)” (idem). Deste modo, manifestações de liminaridade, tais como a arte ocidental e a literatura seriam capazes de produzir, favorecem operações que resistem às possibilidades de uma completa racionalização, uma vez que atuam no desvelamento parcial de regiões cegas do sensível. Esta etapa do *drama social* assiste a abertura de potências, que dependem deste excesso, desta suspensão irresoluta.

Assim, instauramos aos processos de subjetivação como possibilidades de ruptura das repetições. Os pensamentos de Van Gennep e Turner elucidam de que forma a fagulha disparada por um processo ritual e simbólico pode descentralizar e tirar da inércia a força que nos destina à repetição. Este processo, por sua vez pode ser pensado tanto no âmbito sujeito, que mediante um processo de subjetivação micropolítico muda uma forma de sentir, pensar e agir, quanto em uma análise social mais ampla.

Compreender as relações entre micro e macropolítica é importante para ampliar o universo de capacidades das práticas políticas para além dos modelos de uma Revolução estrutural. Sua atuação estabelece pontos de contato com o poder, que lhe é parte constitutiva e coextensiva, mas se destaca dele, compreende que os meios de confronto não são aqueles já dados. Os meios da política no contemporâneo devem ser primordialmente os que localizam a existência de um pequeno fascismo e dele faz solo. A revolução que se quer aqui é a molecular: ela trabalha no fino tecido das subjetividades, agencia e produz um *drama social*, uma pequena fissura que rompe com algo de uma estrutura de repetição. Não é garantido, pois não há modelos para uma eficácia da micropolítica, mas estas fissuras abrem potências que, no limite, podem desestabilizar os círculos mais altos do poder instituído.

## 4.2

### O corpo e os usos da estética para a política

Se o sujeito, com sua vida e seu corpo, é o principal suporte para os mecanismos de poder e também campo de batalha, resta saber que batalhas podem ser travadas e contra que instâncias de poder pode ele se insurgir. Uma das instâncias mais poderosas de atuação do poder sobre o corpo se dá através da conformação daquilo que pode ser visto ou ouvido. Em contraponto à crença cega na experiência dos sentidos e da percepção, basilar para a Ciência Moderna, esta afirmação parte do pressuposto de que um objeto nunca está dado no mundo, seu sentido só pode ser construído na relação com o sujeito.

A experiência sensível não é pura, mas condicionada a dados culturais determinados pelos diversos vetores subjetivos e linguísticos que nos atravessam, portanto frutos do poder. Desta forma, podemos compreender de que maneira as manifestações estéticas são eminentemente políticas, uma vez que participam destes agenciamentos de sentidos/ sensações. Mas se por um lado elas podem servir como dispositivos reprodutores de subjetividade que representam a continuidade de estruturas, por outro podem ser envolvidos em políticas de subjetivação, que promovem deslocamentos e rupturas de ordem sensível.

Para compreender melhor estes processos, vale analisar de que forma a sensibilidade estética, a Era Democrática e as formas modernas de subjetividade estão intimamente imbricadas desde sua gênese histórica. O teórico marxista Terry Eagleton elabora sua Ideologia da Estética justamente a partir da lógica mistificadora que coaduna o desenvolvimento do pensamento estético burguês:

A ideologia estética, ao reprimir a relação contingente e aporética entre as esferas da linguagem e do real, naturaliza e fenomenaliza a primeira, e assim arrisca converter acidentes de significação em processos orgânicos naturais, à maneira do pensamento ideológico, em geral (EAGLETON, 1993, p. 13).

Para ele, o ideário que permeia a gênese das teorias estéticas participa das mudanças subjetivas que determinaram a cristalização da burguesia como classe dominante. A emergência da disciplina estética, poucas décadas antes da Revolução Francesa, se coloca ao lado de ideias como as da autonomia, que engloba tanto o indivíduo, a arte ou objetos de mercado. Se por um lado o modelo de uma sociedade de indivíduos envolve a produção de sujeitos inteiramente autorregulados, elemento

pregnante da ideologia burguesa, por outro ele “ênfatiza a natureza autodeterminante dos poderes e capacidades humanas” (idem, p. 12).

A estética, assim, como pretendo mostrar, é o protótipo secreto da subjetividade na sociedade capitalista incipiente, e ao mesmo tempo a visão radical das potências humanas como fins em si mesmas, o que a torna o inimigo implacável de todo pensamento dominador ou instrumental. Ela aponta, ao mesmo tempo, uma virada criativa em direção ao corpo sensual, e a inscrição deste corpo numa lei sutilmente opressiva; ela representa, de um lado, uma preocupação liberadora com o particular concreto, e de outro, uma astuciosa forma de universalismo (ibidem, p. 13).

Assim, a estética burguesa encarna o material subjetivo que desempenha uma dupla função: de um lado abre espaço para a potência libertadora do corpo, mas de outro cria um novo exercício de poder sobre ele. Isto porque ela submete a experiência do corpo a uma racionalidade. Mas se por um lado a estética assume a possibilidade de que cada indivíduo lance um juízo sobre os elementos da vida material, de modo a afirmar o sujeito autônomo, por outro ela entende que há objetos naturalmente belos. Com isso, pressupõe-se uma espécie de consenso espontâneo sobre a experiência sensível, de maneira que esta forma homogênea de sentir se impõe sutilmente sobre o corpo, enredando a todos em um tecido sensível. Apesar de toda a aparente arbitrariedade e obscuridade daquilo que possa ser um “comum sentir”, a vida corpórea parece poder funcionar de forma semelhante a uma lei racional.

Estes consensos que caracterizam a experiência estética burguesa também podem ser estendidos para a forma moderna de controle sobre os indivíduos na sociedade, com seus vetores ao mesmo tempo individualizantes e totalizadores. Se é verdade que na Era Democrática o indivíduo está sujeito a menos coerções “externas” que no regime absolutista anterior, isto por outro lado exige que haja consensos internalizados que conduzam a liberdade dos sujeitos. Assim “como a obra de arte definida pelo discurso da estética, o sujeito burguês é autônomo e autodeterminado, não reconhece nenhuma lei externa, mas, de algum modo misterioso, dá uma lei a si mesmo” (EAGLETON, 1993, p. 24).

Aqui o pensamento do filósofo Jacques Rancière pode nos ser extremamente útil, uma vez que ele nos ajuda a unir alguns dos fios que este percurso sinuoso pode ter deixado soltos. Em suas teorias podemos localizar um novo ponto de encontro do corpo e da estética com as potências políticas de subjetivação. O

filósofo acredita que a experiência sensível não é jamais um dado apriorístico<sup>14</sup>, homogêneo e positivado, mas se trata de uma partilha em disputa, onde o dissenso pode tomar lugar e enunciar uma forma de visibilidade que não tem parte:

É isso o que chamo dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados (...). Assim pode se explicar, no meu entender, a racionalidade da ação política. Ela é a ação que constrói esses mundos litigiosos, esses mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível (RANCIÈRE, 1996a, p. 374).

Tudo aquilo que entendemos por política Rancière prefere chamar de *polícia*<sup>15</sup>, ou seja, o “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos pobres e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções dos sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996a, p. 372). Sua formulação não pretende restringi-la ao aparelho de Estado, mas resgata o entendimento de *polícia* dos séculos XVII e XVIII, como levantado por Foucault:

A polícia engloba tudo. Só que de um ponto de vista muito específico. Os homens e as coisas são considerados a partir de suas relações: a coexistência dos homens num determinado território; suas relações do ponto de vista da propriedade; o que produzem; o que é trocado no mercado. Ela também leva em conta o modo como eles vivem, as enfermidades e acidentes que os ameaçam. A polícia zela por um homem vivo, ativo e produtivo (FOUCAULT, 1990, p. 94).

Desta forma, a noção de *polícia* desenvolvida por Rancière, via Foucault, compreende uma gestão das vidas e corpos em sociedade, que se emaranha nas possibilidades de apreensão dos sentidos e configura aquilo que pode ser visto ou ouvido. Ela é composta por elementos de um dispositivo cultural. Organizando as partes do sensível em seus lugares predeterminados, a *polícia* garante o funcionamento das máquinas de repetição e reprodução.

Já a noção de política para Rancière (1996b) é muito mais restrita e caracteriza o

conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas

<sup>14</sup> Neste sentido, Jacques Rancière está de acordo com Michel Foucault (1984), para quem a experiência constitui a “correlação, numa cultura, entre campos do saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (p. 10).

<sup>15</sup> Aqui emprego o termo *polícia* em itálico, uma vez que me refiro à definição rancieriana.

pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável (...). Antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos (p. 374).

Assim como na relação entre poder e resistência, vemos aqui novamente a ação da política em coextensividade à *polícia*, bem como a política enquanto rompimento de uma inércia das repetições. Ou, nas palavras de Rancière, “se a política emprega uma lógica totalmente heterogênea à da polícia, está sempre amarrada a ela” (RANCIÈRE, 1996b, p. 44). Desta vez o corpo aparece de maneira mais clara, visto que o filósofo olha justamente para agenciamentos que naturalizam e levam a uma determinada conformação sensória. Assim, as formas de resistência ou perturbação da ordem podem ser realizadas pelos sujeitos políticos através da sobreposição de diferentes regimes de visibilidade. Compreender os mecanismos microfísicos do poder pressupõe que a política possa encontrar a *polícia* em toda parte. O pensamento de Rancière pode ser valioso para as ações micropolíticas ao desnaturalizar a constituição do tecido sensível, aquilo que gere e possibilita um mundo comum, abrindo a possibilidade de interferências e deslocamentos pelos sujeitos que fazem parte desta partilha.

Se, como afirma Foucault (1989), “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (pp. 161, 162), então o deslocar ínfimo deste metal sem soldas que nos une a nós mesmos é uma abertura política de potências. Para Jacques Rancière a política se constitui justamente como dispositivo de subjetivação:

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, modos de subjetivação. Por *subjetivação* vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência (...). Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela (RANCIÈRE, 1996b, pp. 47, 48).

A subjetivação política produz outros recortes no campo da experiência que insinuam incongruências e paradoxos da partilha do sensível. Neste sentido, Rancière também compreende o regime de identificações e das identidades,

ferramenta *policial* poderosa que opera a divisão e união dos sujeitos em determinados grupos molares que acabam rendidos à pretensa naturalidade desta taxonomia. Esta repartição e localização dos sujeitos em sociedade é mais uma forma de gestão da vida e dos corpos que resta à política embaralhar. Vemos que os regimes consensuais de visibilidade mantidos pela *polícia*, longe de constituírem um sistema de positivities, se inscrevem nos indivíduos históricos sob diversos estratos e níveis de mediação entre o sujeito e a verdade da experiência.

É interessante notar que o filósofo tangencia de forma curiosa alguns preceitos teóricos do primeiro Foucault em seu exame das *epistêmês*<sup>16</sup>, os condicionantes que determinam as possibilidades para a produção do pensamento nos diferentes períodos históricos. Estes fatores contingentes lançam vetores limitantes às possibilidades empíricas de percepção e produção do mundo. Rancière (2009) afirma a existência de três diferentes lógicas subjacentes à produção artística, listados na ordem cronológica de seu aparecimento: os regimes *ético*, *representativo* e *estético*. Apesar de estarem relacionados a períodos históricos específicos, estes regimes artísticos podem coexistir e se imbricar, assim como as *epistêmês* foucaultianas. Se para Terry Eagleton a gênese da Estética determina uma consensualidade do sentir que se inscreve nos corpos, Rancière compreende que o *regime estético* da arte significa uma abertura para as potências do dissenso como união inextrincável entre a arte e a política.

Isto porque a distância do regime representativo implicou em uma imanência do objeto artístico: não há algo externo a se referenciar ou regras a serem seguidas. É criada uma ruptura entre a visão e a imediatez de sua apreensão racional. A arte passou a operar justamente no momento liminar em que as lógicas da experiência comum são suspensas, em que é aberto espaço para novos recortes sensíveis e possibilidades de múltiplas atribuições de sentidos. Esta suspensão da ordem é justamente a tarefa da política, que questiona uma determinada apreensão dos sentidos naturalizada e tornada real pela máquina *policial*. Desta forma, o dissenso surge como amálgama definitiva entre a política e o *regime estético* da

<sup>16</sup> Deleuze (2005) afirma, a respeito das *epistêmês* foucaultianas: “uma ‘época’ não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime” (p. 58).

arte, independentemente dos temas de que a peça artística possa ser palco. A arte no *regime estético* depende desta redistribuição da partilha do sensível, que a relaciona fatalmente a uma certa forma de política.

Mas a recusa do regime representativo da arte, que pressupõe um consenso unitário entre o que é visto e aquilo que é sentido, também coloca em cheque a noção de intencionalidade artística. A política do *regime estético* da arte implica abdicar da tentativa de veicular mensagens, aquilo que Rancière entende como sendo o devir pedagógico da arte politizada, mas deve pressupor um espectador emancipado. A criação artística deve manter uma opacidade interna que resista aos meios unívocos de interpretação. Para isso, é fundamental que ela envolva uma certa dosagem entre *logos* e *pathos*, uma “identidade de contrários” (RANCIÈRE, 2010), entre o consciente e o inconsciente, pensado e impensado, ação e passividade etc. O sentido é uma construção que se dá entre o espectador e a obra, não do artista ao espectador via obra<sup>17</sup>.

Surge aí um outro aspecto micropolítico suscitado pelo *regime estético* da arte: a relação entre espectador e obra envolve a produção ativa de um sujeito, como um processo de singularização que resiste à possibilidade de sujeição e controle sobre os corpos. Neste sentido, em termos foucaultianos, a arte se impõe como um trabalho sobre si que engendra modos de subjetivação. As rupturas com o regime comum do sentir inauguram possibilidades outras de experimentação corpórea, em uma política que emerge da imanência do fato artístico. Mas se por um lado a experiência da arte tem todo este poder, ela é inseparável da atividade do espectador, que abre seu corpo para o rompimento de uma repetição. Desta forma, não é possível compreender a política da estética nos termos de uma eficácia: a arte não pode realizar a promessa da política. A política da arte está exatamente em produzir frestas por onde possa emergir um sujeito: ela está justamente na potência singular que os modos de subjetivação são capazes de engendrar.

---

<sup>17</sup> Neste sentido parece haver uma concordância entre Jacques Rancière e Roland Barthes. Se aquele aponta o devir pedagógico de certos trabalhos artísticos, este se lança contra aquilo que denomina como “desejo de linguagem” (BARTHES, 2003), isto é, seu encharcamento de sentidos e significados que submete o fato artístico aos imperativos da comunicação. Para Rancière esta lógica que subjaz a algumas práticas artísticas constitui um entrave para a produção do espectador enquanto sujeito e é um fator que despolitiza a obra.

### 4.3

#### Espaço e poder: uma política da singularidade no meio urbano

Sob a égide do poder biopolítico vemos frágeis as possibilidades de emergência liminar de singularidades. Este poder se encarrega justamente de transformar a multiplicidade de indivíduos no corpo indiscernível da população, ele forma e faz performar as políticas de identidade e identificação. E podemos tomar as cidades como palcos desta massificação por excelência. O filósofo Walter Benjamin (1991) delineia a maneira como a experiência urbana age subjetivamente sobre os corpos dos indivíduos em meio à *multidão*.

A Modernidade inaugura a possibilidade de um sujeito que se invisibiliza na massa compacta dos passantes, sem identidade, o paroxismo de uma solidão coabitada por muitos outros: “(...) por um lado o homem se sente olhado por tudo e por todos, simplesmente o suspeito, por outro, o totalmente insondável, o escondido. Provavelmente é essa dialética que o homem da multidão desenvolve” (BENJAMIN, 1991, p. 190). Se a massa “apaga todos os vestígios do indivíduo” (p. 49), o *flâneur* seria justamente a personagem que usa destes jogos de visibilidade, e se produz como sujeito ativo em meio à circulação frenética.

Ele se deixa circular e observa, constrói sentidos na desordem citadina, é a emergência da singularidade como abertura de potência na experiência urbana. Mas o *flâneur* não se constitui como uma identidade ou modo de subjetividade fixa, é um estado volátil do ser, corpo nômade, que se apresenta por um instante liminar, para logo depois ser novamente tragado pela massa confusa:

Se por um lado ele [Baudelaire] sucumbe à violência com que a multidão o atrai para si e o converte, como *flâneur*, em um dos seus, por outro, a consciência do caráter desumano da massa jamais o abandona. Baudelaire se torna cúmplice da multidão e quase imediatamente afasta-se dela. Mistura-se profundamente com ela, para fulminá-la, de repente, convertendo-a em nada, com um olhar de desespero (BENJAMIN, 2000, p. 49).

Mas ao contrário da figura compacta da massa, a *multidão* benjaminiana seria uma coleção de individualidades que escapam dos mecanismos indentitários de captura, são “livres de determinação de classe”,

“apresentam-se como determinações concretas, mas socialmente permanecem abstratas (...). Muitas vezes, essas aglomerações possuem apenas existência estatística. Ocultam aquilo que perfaz sua real monstruosidade, ou seja, a massificação dos indivíduos por meio do acaso de seus interesses privados” (BENJAMIN, 1991, p. 58).



Lançando um olhar teleológico sobre os postulados seminais de Benjamin, podemos compreender o fenômeno de massificação, em sua dependência da estatística e das políticas de identidade, a partir do paradigma biopolítico. Embora sejam spinozistas<sup>18</sup>, Michael Hardt e Antonio Negri (2005), ao conceberem a figura da *multidão*, parecem atualizar as formulações benjaminianas à luz da biopolítica e das concepções contemporâneas de subjetividade. Os filósofos imaginam um corpo social que não se limita à massa indistinta da população, mas que articula uma “nova relação entre o que é comum e o que é singular” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 253), sendo a *multidão* justamente composta de um “conjunto de singularidades” (p. 139). Aqui a diferença do sujeito social não pode ser reduzida à uniformidade, mas é “uma diferença que se mantém diferente” (idem). Ao mesmo tempo, cada indivíduo é também uma potência multitudinária em si mesmo, atravessado por múltiplos devires e subjetividades. Todavia,

um fato que deve ficar claro em tudo isso que é a multidão não surge espontaneamente como forma política, e que a carne da multidão consiste numa série de condições que são ambivalentes: poderiam levar à libertação ou ser apanhadas num novo regime de exploração e controle (HARDT & NEGRI, 2005, p. 275).

Mas também estavam contidas em Benjamin (2000) algumas formulações que deixam entrever alguns dos poderes disciplinares prementes na experiência urbana moderna. Convém explicitar este malabarismo teórico: a aparição disciplinar do poder nas cidades modernas, em Benjamin, é notada em sua insistência em pontuar as imbricações entre os imperativos de individuação, a proliferação dos olhares e a gênese de determinados modos subjetivos e formas de moralidade. Michel Foucault (2009) compreende a individualização e a completa visibilidade como importantes elementos de uma lógica constitutiva do poder disciplinar, que emerge no século XVII sob a forma das sociedades disciplinares.

Trata-se de um poder que se materializa espacialmente em hospitais, escolas, oficinas e prisões, impondo moralidades sem a força de uma repressão recorrente, mas através da economia de um olhar automático e incessante. Suas condições produzem um sujeito que internaliza os ditames do poder e deles se torna

---

<sup>18</sup> O filósofo holandês Baruch Espinoza (1632-1677) trabalhou extensamente sobre o tema da multidão, basilar para sua teoria política. O conceito encontrou pouquíssimos ecos em seu tempo, mas há toda uma linhagem contemporânea da filosofia, a começar por Nietzsche, que resgatou algumas das teorias spinozistas.

portador. A leitura foucaultiana do Panóptico elucida de que forma as disposições espaciais materializam relações de poder, no âmbito do poder disciplinar:

O princípio [do Panóptico] é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o exterior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber uma torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente (FOUCAULT, 2009, pp. 165, 166).

Aqui podemos notar de que forma Michel Foucault compreende as imbricações entre os saberes e poderes, pois se os imperativos da individualidade e da visibilidade determinam a estratégia projetual que garante a esta tecnologia máxima eficácia, são eles que regem a lógica que subjaz ao poder disciplinar.

Paul Rabinow (2003) pontua que Foucault encontra no espaço uma importante chave para analisar os entrecruzamentos entre poderes e saberes, possibilitando elucidar de que forma os discursos lhe fundam materialidades. Todavia, o objetivo do filósofo não era construir uma teoria, mas compor uma *analítica do espaço*<sup>19</sup> que se contrapusesse à recorrente centralidade do tempo e do sujeito na história da filosofia. Para Michel Foucault, espaço físico e social parecem compor um contínuo. Mas da mesma forma que sua analítica do espaço permite compreender a inscrição de uma lógica de poder no interior da organização espacial do panóptico, também é possível estabelecer uma analogia entre os saberes que permeiam o urbanismo e a maneira como ele dispõe dos corpos e das construções no tecido urbano.

É curioso como, por exemplo, os imperativos do higienismo e da visibilidade total panóptica curiosamente encontram ecos nas materialidades dos espaços modernistas, seja no uso ostensivo do branco hospitalar ou nas diversas

<sup>19</sup> Foucault afirma, a respeito de sua *analítica do espaço*: “Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir de relações de poder” (FOUCAULT, 1989, p. 158).

formas de transparência: o pilotis, o vidro, as ruas largas, os espaços monumentais etc. Aqui a tônica passa a ser o de um movimento individualizante. A lógica disciplinar das divisões estritas, onde não haja contaminações de nenhum tipo, é bastante cara aos urbanistas modernos: para cada zona da cidade uma função. As propostas dos modernistas também partem de uma série de pressupostos moralizantes, muitos deles denunciados por Jane Jacobs (2000). Mas ainda que as críticas da jornalista à escala moderna das construções e do urbanismo sejam muito pertinentes, ao insistir nos “olhos da rua” ela também partilha do mesmo paradigma dos olhares das sociedades disciplinares. Para Jacobs a visibilidade é fundamental para impor determinados comportamentos morais na vizinhança. Nota-se novamente funcionar aqui a máxima foucaultiana de um poder disciplinar de que somos ao mesmo tempo servos e portadores.

Todavia, uma analítica do espaço urbano contemporâneo não pode se restringir às disposições espaciais definidas pelo poder disciplinar: o planejamento urbano é tributário de uma lógica intrinsecamente biopolítica. Tanto a criação do urbanismo quanto a gênese dos poderes disciplinar e biopolítico participam dos processos históricos que determinaram a ascensão da burguesia, determinada definitivamente pela Revolução Francesa. Mas se Henri Lefebvre (2001) compreende o aspecto alienante do planejamento urbano, que cinde uma complexa realidade em “ciências parcelares”, Michel Foucault analisa este mesmo fenômeno sob a chave das relações poder-saber. Olhando para nascimento do urbanismo sob este viés, concluímos que ele pode ser compreendido fundamentalmente enquanto uma tecnologia biopolítica de poder.

É neste exato momento histórico que o poder inicia sua gradual precipitação sobre as vidas, de modo a otimizá-las. As “ciências parcelares” operam justamente esta mecânica de uma produção incessante discursiva de verdades, quantificações estatísticas referentes à população e aos territórios. Neste momento os homens passam a significar entidades biológicas, e as preocupações com o “meio” emergem de forma bastante acentuada. O nascimento da medicina social, no século XVIII, se dá neste bojo e passa a constituir, para Foucault, um importante tentáculo do poder biopolítico:

A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constituem

fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos habitantes. A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar. Enquanto que as topografias médicas das regiões analisam os dados climáticos ou fatos geológicos que não controlam e só podem sugerir medidas de proteção ou de compensação, as topografias das cidades delineiam, pelo menos negativamente, os princípios gerais de um urbanismo sistemático. A cidade patogênica deu lugar, no século XVIII, a toda uma mitologia e a pânico bem reais (o Cemitério dos Inocentes, em Paris, foi um destes lugares bem saturados de medo); ela exigiu, em todo caso, um discurso médico sobre a morbidade urbana e uma vigilância médica de todo um conjunto de disposições, de construções e de instituições (FOUCAULT, 1989, p. 201).

Todos estes espectros do medo plantados pelo discurso higienista rondaram o imaginário social da Paris do século XVIII e dariam sustentação para as reformas urbanas do século seguinte. O controle sobre a cidade, enquanto meio onde a vida deve se proliferar e ser produtiva, se torna um importante mecanismo de controle biopolítico, complementado pela lógica disciplinar de acesso ao corpo. Não por acaso as reformas urbanas realizadas entre os séculos XIX e XX, sob a inspiração da Paris de Haussmann, despertaram uma série de revoltas contra os esforços de higienização das capitais. Se tratavam de tentativas de resistência à moralização dos corpos e controle sobre a vida impostos por estas ações, cuja violência também estava em fazer tábula rasa das memórias coletivas que se tinha dos locais. Em todo caso, a experiência da cidade está atravessada pelos poderes biopolítico, que massifica, e o disciplinar, que individualiza. Assim, qualquer emersão de singularidade é forçosamente uma tarefa difícil.

Félix Guattari (1992) compreende justamente a impermeabilidade dos processos de singularização na experiência urbana contemporânea. Para ele há uma relação de transversalidade que rege a produção das cidades e das subjetividades. Tendo em mente que os processos de subjetivação são múltiplos e polifônicos, as urbes podem ser entendidas como enormes máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva, mas que também são produzidas a partir de determinadas subjetividades. O espaço construído seria uma máquina enunciativa que nos interpela a partir de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo:

Tudo se reduz sempre a essa questão dos focos de enunciação parcial, da heterogênesse dos componentes e dos processos de re-singularização. É para essa direção que deveriam se voltar os arquitetos hoje. Eles devem assumir uma posição,

se engajar (como se dizia no tempo de Jean-Paul Sartre) quanto ao gênero de subjetividade que ajudam a engendrar. Irão no sentido de uma produção reforçada de uma subjetividade do “equivaler generalizado”, de uma subjetividade padronizada que tira o seu valor de sua cotação no mercado dos mass-media, ou colocar-se-ão na contracorrente, contribuindo para uma reapropriação da subjetividade pelos grupos-sujeitos, preocupados com a re-singularização e a heterogênesse? Irão no sentido do consenso infantilizador ou de um dissenso criador? Mas pode-se imaginar uma pedagogia da singularidade? Não há aqui contradição nos termos? Sem dúvida existe uma potência de exemplo da diferença (GUATTARI, 1992, pp. 162, 163).

Guattari também refuta por completo a crença modernista no Universal, que funcionaria como uma máquina esmagadora e uniformizadora de subjetividades. Para ele, os arquitetos e urbanistas deveriam se tornar artistas polissêmicos e polifônicos, realizando “projetos individuais e coletivos que evoluem cada vez mais rápido e cuja singularidade – inclusive estética – deve ser atualizada através de uma verdadeira maiêutica” (GUATTARI, 1992, pp. 176, 177). Outros pressupostos de projeto podem trabalhar no sentido de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva, caso o planejamento das cidades seja concebido de modo a deixar lacunas que as tornem permeáveis e passíveis de apropriação pelos sujeitos.

Trata-se, em suma, de uma transferência de singularidade do artista criador de um espaço para a subjetividade coletiva. Assim o arquiteto e o urbanista se encontram imprensados, de um lado, entre o nomadismo caótico da urbanização descontrolada ou unicamente regulada por instâncias tecnocráticas e, por outro lado entre seu próprio nomadismo mental se manifestando através de sua projetualidade diagramática. Essa interação entre a criatividade individual e as múltiplas coações materiais e sociais conhece, entretanto, uma sanção de veracidade: existe, de fato, uma transposição de limiar a partir da qual o objeto arquitetural e o objeto urbanístico adquirem sua própria consistência de enunciador subjetivo (GUATTARI, 1992, p. 178).

Os espaços construídos possuiriam, portanto, um alcance que transcende à funcionalidade e às estruturas visíveis. Eles seriam máquinas produtoras de sentido, que, apesar de não serem Universais, “podem tanto trabalhar no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva” (idem, p. 158).

Posto isso, como trabalhar politicamente o corpo em uma cidade, de modo a deixar em aberto as potências de singularização? Aqui damos início à análise de

trabalhos que lidam com a cidade de uma forma muito diferente daquela do urbanismo tático. Ao contrário de procurarem a solução de problemas, eles partem de uma outra lógica de pensamento, de modo a proporem questões para a cidade. A inquietude liminar que move um questionamento, impassível de ser assentado ou fechado completamente, mas que o mantém suspenso, significa autorizar uma multiplicidade multitudinária e dissensual de possíveis interpretações. Neste campo aberto pode emergir um sujeito que não se vê rendido aos limites de uma intersubjetividade pedagógica: cabe a ele a construção de sentidos. Mas é também neste mesmo sujeito que o fato artístico atua no debandar das identidades e no descolamento de tudo aquilo que lhe faz uno e indivisível de si mesmo.

## 5

### Estética, corpo e experiência urbana

#### 5.1

##### Opavivará!

*Pois assim como a flânerie pode transformar toda a Paris num interior, numa moradia cujos aposentos são os quarteirões, não divididos nitidamente por soleiras como os aposentos de verdade, por outro lado, também, a cidade pode abrir-se diante do transeunte como uma paisagem sem soleiras.*

*Walter Benjamin*

Aqui me empenho na recusa dos ditames autoritários de uma escrita neutra, transcendental, que olha como que de cima para um objeto de pesquisa, e o domina, o esgota discursivamente. Dispensio a autoridade etnográfica que me imporia os imperativos empíricos da experiência imediata de cada um dos trabalhos do coletivo Opavivará! que procurarei abordar, embora compreenda o paradoxo de afirmar a potência sensível do corpo estando atrás de uma asséptica tela de computador. Longe de procurar encerrar as possibilidades de sentido que atravessam o fato artístico, me construo enquanto sujeito e proponho um exercício de abstração que me transporta no espaço e no tempo e me coloca frente àquilo que estou interpretando. Pensemos então os trabalhos como ponto de partida para a formulação performativa de uma prática de escrita, que procura incorporar o prazer do texto como simulação da existência de um corpo que escreve. Afinal, como falar dos processos de subjetivação política que a estética é capaz de engendrar me situando do lado de fora de um corpo? Por mais que eu olhe para algo que me é externo, nada sai que não me faça parte: não consigo falar do outro.

Portanto, não busco analisar os trabalhos do coletivo Opavivará! de acordo com aquilo que *são*, pois não acredito em qualquer verdade que lhes seja subjacente. Ao invés disso, procuro enunciar de que forma eles me mobilizam e acontecem em mim. Acredito que a sensibilidade do *regime estético* me autorize a tarefa sempre incompleta, parcial e contingente de cartografar estes afetos, embora permaneçam sempre alguns excessos que resistem à redução intelectual do fato artístico. Nesta

busca racional de conter estes transbordamentos, sou constantemente acometido por um exaurimento inevitável do meu próprio corpo, espremido para que dele saia texto. A própria escrita parece me deslocar, como coloca Michel Foucault (1984):

O “ensaio” – que é necessário entender como experiência modificadora de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação – é o corpo vivo da filosofia, se pelo menos, ela ainda for hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento (p. 13).

Mas o esforço para delinear a forma como os trabalhos do coletivo acontecem em mim não busca me colocar como a voz única e autoritária, impermeável aos atravessamentos de outras obras e discursos. Esta produção de sentidos é inevitavelmente colonizada por outras vozes que ouvi e mal posso localizar, e habitada por impressões incertas que se acumulavam à medida que olhava novamente para os trabalhos. Neste sentido, acredito que seja importante observar as proposições dos coletivos naquilo que transborda à experiência imediata que elas possam proporcionar. Compreendo que a obra de arte no *regime estético* é munida de uma espécie de força gravitacional que atrai para si tudo aquilo que lhe constela, incluindo as negociações e demais processos que lhe permeiam, como partículas produtoras de sentido. Até mesmo naquilo que diz respeito à relação que os trabalhos do coletivo estabelecem entre si. Portanto, proponho a tarefa híbrida de observá-los individualmente, mas também formando pequenos *corpus*, dos quais eu possa deduzir algum conjunto de questões, que aos poucos vão compondo uma espécie de coerência poética.

Entretanto, a teoria também me enredou em suas lógicas, me subjetivou: fui sujeitado pelos saberes que me atravessaram. Sendo assim, é inegável que ela tenha informado boa parte da minha percepção dos trabalhos. Nesta prática de escrita me surgem algumas preocupações: como escapar do modelo acadêmico esterilizante, em que a mera identificação entre uma realidade dada e a teoria se justifica por si só? Ou do ímpeto de recobrir e adaptar discursivamente os trabalhos a uma teoria pré-existente, aplicando a teoria como voz de autoridade a partir da qual podemos falar o mundo? Compreendo que, neste caso, aplicar de forma transparente a teoria a uma realidade dada pode ser uma operação ingênua, uma vez que os próprios pressupostos teóricos que eu colocaria em paralelo aos trabalhos podem lhes ser parte informante e participar de sua gênese.



Isto ficou claro para mim: os membros do coletivo Opavivará! estavam bastante familiarizados com as ideias de Jacques Rancière, Félix Guattari, Michel Foucault etc. Não que o fato artístico funcione como ilustração da teoria. Acredito na arte como produção de teoria, segundo suas possibilidades e formas específicas de sua racionalidade. Mas propor que os pressupostos teóricos possam enredar a experiência empírica dos trabalhos como se as duas realidades estivessem totalmente apartadas seria como propor o modelo tautológico de um cachorro que morde o próprio rabo.

Neste sentido, procuro exercitar a recusa de uma oposição entre *poesia* e *argumentação*, *real* e *ficcional*, tal como proposto por Jacques Rancière (1996b, 2009), deslocando um pouco a famosa asserção de Barthes (2013) sobre a literatura como “próprio fulgor do real” (p. 19). De que forma é possível pensar a poética dos trabalhos dos sob este prisma? Talvez seja necessário entrar em contato com aquilo que Barthes localiza na literatura: “o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro, a literatura não diz que sabe sobre alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa, ou melhor, que ela sabe algo das coisas” (idem). É justamente a pergunta sobre este *algo*, que Barthes explora na literatura, que me move na análise destes trabalhos.

Sem a certeza de responder completamente as questões que me coloquei anteriormente, proponho tomar os trabalhos como pontos de partida, onde faço ecoar outras questões que tiveram lugar ao longo do desenvolvimento desta dissertação, assim como possíveis paralelos com outros trabalhos de arte. Estas referências não pretendem contextualizar com exatidão as proposições do coletivo no âmbito de uma História da Arte, da mesma forma que a abordagem pontual das querelas em torno da *Estética Relacional* não visa a englobar toda a fortuna crítica envolvendo o coletivo. O objetivo destes adendos é prover alguns dos instrumentos críticos que me foram úteis na compreensão das lógicas que subjazem aos trabalhos, especialmente naquilo que tange a suas filiações políticas e discursivas.

Tratam-se de pequenos delitos táticos, situações incongruentes e comunitárias que produzem rupturas nos fluxos normais da cidade. Mas não há a seriedade cerebral que vemos em muitos trabalhos de Arte Contemporânea, aqui o riso e a relação com o outro tomam corpo. São nossos próprios corpos que escrevem e são

postos para vibrar junto com outros corpos: somos incitados a performar. O coletivo produz recortes do mundo que sublinham as dimensões rituais da vida cotidiana, visibilizam o caráter nômade de certos profissionais da rua, ressaltam a dimensão coletiva e ritualística dos objetos e festividades, ou produzem novos fluxos e espaços. Mas trata-se de uma lâmina muito precisa, que primeiro eviscera para depois deslocar, trazendo à luz algo que a inércia das repetições havia cristalizado e invisibilizado. Sua poética me dá acesso a espaços cegos do meu próprio tecido sensível, me expõe à preguiça do aparelho perceptivo, colocado em suspensão momentânea para modificar o tráfego de sentidos e sensações que aqui procuro intelectivamente assentar. Tudo à revelia dos excessos, que insistem em me deslocar de mim mesmo.

Talvez o apreço especial pelos nômades profissionais das cidades advenha destes deslocamentos liminares do pensamento que os trabalhos do coletivo possibilitam engendrar. Em *Eu amo camelô* (2009) os indivíduos nômades são vendedores de mate de praia, que estavam sendo proibidos de exercer sua profissão, devido ao Choque de Ordem instalado pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Nesta época o coletivo tirou fotos individuais destes vendedores e as transformou em cartões postais com os dizeres “Eu amo camelô”, sendo o dinheiro de sua venda repassado aos próprios modelos. Nesta operação o Opavivará! parece entrar na disputa sobre o imaginário simbólico da cidade, embaralhando o regime *policia*l que ordena aqueles que merecem ter visibilidade e os que estão destinados à sombra. Sinto como se o coletivo deslocasse ligeiramente a moldura que recorta a praia como paisagem que merece ser vista para a dos camelôs que nela circulam. Em cada cartão a expressão singular de cada um deles. Mas se os vendedores de mate são seres nômades, também é nômade o próprio suporte que contém suas imagens, cuja circulação foge totalmente da possibilidade de controle, como “inserções em circuitos ideológicos”<sup>20</sup>. Também podemos notar uma referência sutil à Arte Postal dos anos 1960.

Em *Transnômades* (2016) são os carrinhos à tração humana, tão comuns nas cidades, aqui “equipados” para desempenharem um sem número de funções agregadoras ou contemplativas, tais como a preparação de um churrasco, a reunião

---

<sup>20</sup> Conjunto de trabalhos do artista Cildo Meirelles da década de 1970 (ver MEIRELLES, 2009).

em torno de um karaokê, locais de descanso etc. Ao longo da 32ª Bienal de São Paulo estes carrinhos eram ativados periodicamente pelo coletivo, juntamente ao público e carregadores profissionais. Eles eram levados coletivamente para fora do Pavilhão da Bienal em uma carreata nômade que parava de tempos em tempos para ativar as funções dos carrinhos.



Figura 5: Transnômades, São Paulo, 2016.

Mas há um dever político que atravessa o nomadismo, a deriva como forma de vida, que permanentemente escapa dos mecanismos disciplinares que fixam divisões e atribuem aos corpos localização e identidade precisas. É um vagar sobre o espaço liso, sem centro ou local, que coloca em cena uma força incessantemente desterritorializante (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Enquanto a migração fixa um ponto de partida e outro de chegada, o nomadismo é a liminaridade como estado do ser. Mas se por um lado a mobilidade total pode constituir uma forma individualizante, tal como foi constituída na cidade moderna, de outro ela pode emergir sob a forma de uma “máquina de guerra nômade”, que “conquista sem ser notada e se move antes do mapa ser retificado” (BEY, 2004, p. 17). O Opavivará! opera justamente na apropriação e refuncionalização destas máquinas de guerra

nômades, análoga à figura cinética do desviante. Talvez se trate de um nomadismo ideológico e espacial, ciência fluida que se entranha em pequenas frestas e produz uma cartografia de contaminação, como heterotopia da absoluta movência<sup>21</sup>.

Mas se o nomadismo se constitui como figura temática recorrente na obra do coletivo, também podemos dizer o mesmo de seu gesto oposto: o convite a desacelerar e assumir ativamente uma relação contemplativa com relação à cidade. Este é o caso de *A rua é um espetáculo* (2011), em que o Opavivará! se mune de suas emblemáticas cadeiras de praia coletivas para criar uma espécie de sala de estar em pleno Centro do Rio de Janeiro, de onde seus membros apenas contemplam a paisagem. A completa estática do grupo atrai curiosos, coagula e aglomera naquele acontecimento alguns dos rápidos corpos que atravessam a calçada. “O que há para ver?”, perguntam alguns. Apesar de, à primeira vista, parecer uma ação banal e ingênua, o coletivo está novamente lidando com os regimes de visibilidade, com aquilo que o descuido individualizante do movimento acelerado torna invisível. Se é a *polícia* que impõe aos corpos os imperativos da frenética circulação, então desacelerar pode também deslindar zonas que o sensível havia deixado cegas:

As intervenções policiais em espaços públicos consistem primeiramente não em interpelar os manifestantes, mas em dispersar a manifestação. A polícia não é a lei que interpela indivíduos (como em Althusser, e o seu “Ei, você aí”) (...), seu slogan é: “Circulando, não há nada para ver aqui!”. A polícia é aquela que diz que, aqui, nesta rua, não há nada a ser visto e, portanto, nada mais a fazer do que continuar se movendo. Ela afirma que o espaço para circulação não é mais do que o espaço de circulação. A política, por sua vez, consiste em transformar este espaço de “circulação”, de passagem, em um espaço para a aparição de um sujeito (RANCIÈRE, 2010, p. 37, tradução nossa).

Aqui parece emergir a figura da multidão, ao invés daquela da massa, em que o agrupamento ainda deixa espaço para a produção ativa de um sujeito, ou de uma espécie de *flâneur*, cuja observação cuidadosa dá a ver aquilo que não tinha lugar num campo dado de visibilidade. Em *Formosa Decelerator* (2015) e *Self Service Pajé* (2015), a presença de uma lenta cerimônia do chá e redes de balanço também anunciam a desaceleração como plataforma relacional e política. Se para Barthes (2013), a inserção do sujeito no código social está ligada à adequação a um certo ritmo, então pode haver algo de subversivo na lentidão, ou em suas palavras:

<sup>21</sup> “E se considerarmos que o barco, o grande barco do século XIX, é um pedaço de espaço flutuante, lugar sem lugar, com vida própria, fechado em si, livre em certo sentido, mas fatalmente ligado ao infinito do mar (...). O navio é a heterotopia por excelência” (FOUCAULT, 2013, p. 30).

“no mundo atual, toda técnica de diminuir a velocidade tem algo de progressista” (p. 35).

A poética do coletivo é recorrentemente habitada por estes dispositivos, ou gatilhos, instalados em diversos espaços da cidade com o objetivo de gerar fissuras na vivência comum dos passantes. A partir deles o Opavivará! produz acontecimentos cujos sentidos nos trazem do lugar comum em direção a vivências não automáticas do corpo na cidade. Em *Chuvaverão* (2014), por exemplo, o coletivo instalou na parede externa da galeria Gentil Carioca cinco chuveiros públicos, em uma nova operação que eviscera e desloca o interior para a luz. O aspecto cenográfico, recorrente nos trabalhos do Opavivará!, aparece aí de forma peremptória e bem humorada, com a inclusão dos azulejos, de um deck, e locais para os sabonetes, de modo a fazer crer que eles literalmente retiraram um banheiro de seu âmbito privado e o levaram para o espaço público. Este trabalho faz lembrar os imperativos modernos do higienismo nas cidades, ligado diretamente ao branco incorporal das galerias e museus de arte: uma certa ideia de pureza neutra, que permeia tanto o espaço expositivo quanto alguns ideais de cidade.



Figura 6: Chuvaverão, Rio de Janeiro, 2014.

Mas *Chuvaverão* também permite pensar um aspecto micropolítico trabalhado ostensivamente pelo coletivo: a oposição entre os âmbitos do público e

do privado, problemática que atravessa de forma semelhante os corpos e a materialidade dos espaços urbanos. Para Jacques Rancière (2010), determinar que categorias tais como mulheres e trabalhadores pertenciam ao espaço “doméstico” e não à “vida pública dos iguais” era uma forma de negar aos seus discursos uma *aisthesis* partilhada e, portanto, qualquer voz política. Mas se é a *polícia* que distribui os espaços e corpos de acordo com uma partilha do sensível, então “o aspecto político destas categorias sempre consiste em requalificar estes espaços, em fazê-los serem vistos como lugares de uma comunidade” (RANCIÈRE, 2010, p. 38, tradução nossa). Enquanto a intimidade da nudez e do prazer carnal são destinados ao âmbito privado do lar e da família, em público os corpos dos sujeitos são moralizados pelo olho do poder, ou pelos “olhos da rua”, para usar a expressão de Jane Jacobs (2000).

A lógica que rege a produção dos espaços públicos e privados se dá a partir de uma estratégia sem sujeito, permeada pelo pressuposto disciplinar, que se materializa sob a forma de estritas divisões e zoneamentos. Estes espaços físicos, por sua vez, encarnam nos corpos, sob os vultos de um controle disciplinante. Mas a maneira como o poder atua na materialidade das cidades é análoga àquela que se entranha no espaço privado do lar. Foucault (1989) nos elucida

a respeito do fato da casa, até o século XVIII, continuar sendo um espaço indiferenciado. Existem peças: nelas se dorme se come, se recebe, pouco importa. Depois, pouco a pouco, o espaço se especifica e torna-se funcional (...). A família operária será fixada; será prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida, com uma peça que serve como cozinha e sala de jantar, o quarto dos pais (que é o lugar da procriação) e o quarto das crianças. Às vezes, nos casos mais favoráveis, há o quarto das meninas e o quarto dos meninos (p. 211).

Contudo, é justamente criando esta ficção que expõe o local da nudez e da higiene íntima do âmbito privado do lar, expondo as vísceras de um espaço doméstico, que *Chuvaverão* abre os corpos para uma outra possibilidade liminar de vivência na cidade. Esta mesma operação que expõe no avesso as relações entre o público e o privado parece atravessar diversos outros trabalhos, tais como *Cozinha Coletiva* (2007).

Se o poder que reparte e quadricula os interiores do lar é o mesmo que age nas disposições espaciais das cidades, então vemos revelado um ponto em que o público e o privado se insinuam como um contínuo, dadas as forças que lhes

configuram. Aqui visibilizamos os poderes que moralizam a experiência corpórea nos espaços urbanos, abrindo potências para um pavonear dos corpos que autoriza a possibilidade de uma (semi)nudez em público. Tudo isto em pleno centro da cidade, onde os imperativos da cinética e os ternos dos executivos costumam dar o tom do horizonte visual. A experiência individual do cuidado de si aqui se apresenta em forma de uma grupalidade que preserva a singularidade dos sujeitos.



Figura 7: Namoiita, Rio de Janeiro, 2011.

Se *Chuvaverão* consiste da operação de tornar público aquilo que era privado, *Namoiita* (2007, 2011, 2012) realiza o percurso inverso: torna privados pequenos redutos onde os corpos estão escondidos dos olhares. Ele parte de uma operação que se apropria e desloca as *moitas urbanas* para o espaço expositivo. Estes locais permeáveis<sup>22</sup> e efêmeros, mas protegidos dos olhares, costumam ser palco de uma série de atos imorais ou ilícitos do corpo, tais como o uso de drogas e sexo, dos quais sobram apenas vestígios para a manhã seguinte. Frutos de uma estratégia sem sujeito, estes locais podem ser encontrados nas mais diversas localidades, e dão a ver a forma como destinamos aos prazeres do corpo um espaço recalcado, refugiado do olho do poder. Não se trata aqui de um poder proibitivo,

<sup>22</sup> Para Foucault (2013) o quinto princípio da heterotopia estaria ligado ao “sistema de abertura e de fechamento que as isola em relação ao espaço circundante” (p. 26).

mas aquele que impele a efetividade do ato a um local muito específico, uma cartografia de forças que acaba produzindo estes espaços efêmeros.

O Opavivará! reproduz estes locais protegidos da visibilidade total, onde se desenvolvem ambientes permissivos e tem lugar uma outra forma de sociabilidade. Ali, naquele espaço heterotópico, a salvo da disciplina imposta aos corpos pelos olhares, é aberta a potência dos acasos e dos encontros furtivos com a alteridade. Somos convidados a entrar nesta aconchegante heterotopia de desvio<sup>23</sup> que visibiliza uma das tantas disposições espaciais “espontâneas” que o poder erige. Não por acaso o coletivo relate alguns casos de sexo no espaço deste trabalho. Aqui novamente a questão dos regimes de visibilidade entra em cena: o deslocamento que está na base do trabalho nos permite refletir sobre nossa própria relação com os prazeres do corpo, trazendo à luz algo que parecia escondido nos recônditos da carne e se vê refletido na própria organização espacial da cidade. Como resposta à dimensão retiniana que a arte geralmente assume, os efeitos colaterais de uma moralização pelo olhar. Mas é curioso como este trabalho se mimetiza totalmente na paisagem, a ponto de tornar-se invisível: um interior que é totalmente exótico ao exterior.

Em *Parabéns para você, mercadão de Madureira* (2010) somos convidados a performar uma insólita comemoração de aniversário, com todas as suas convenções rituais. Como não poderia faltar, nos são oferecidos pedaços de bolo, mas neles há retratos dos lojistas do famoso mercado popular impressas. Assim, o ritual de aniversário se transforma em uma comilança antropofágica, onde nos alimentamos coletivamente de pedaços dos corpos destes lojistas. Ao lançar mão de uma técnica totalmente exótica ao meio da arte, aplicada a um suporte efêmero e perecível como o próprio corpo, o trabalho ri da sacralidade da figura do corpo na História da Arte e comenta os regimes de reprodução e circulação das imagens.

O desvio poético que põe em jogo as múltiplas formas pelas quais deglutimos as imagens também permeia trabalhos como *Colorbar* (2011), desta vez de forma mais decantada. Nele nos servimos de bebidas alcoólicas de diversas

---

<sup>23</sup> Para Foucault (2013) as heterotopias de desvio seriam “lugares que a sociedade dispõe a suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à media ou à norma exigida” (p. 22).



cores, texturas e sabores, até percebermos que a experiência do corpo nos dá sinais de tontura e da vertigem dos excessos. A cor aqui aparece como matéria palpável, passível de engendrar sensações que embaralham a visualidade e produzem desorientação: dela nos alimentamos e ela nos embriaga. A arte é justamente aquilo que coloca o corpo em deriva, e aqui a redistribuição na ordem do sensível emerge radicalmente em sua literalidade, em um comentário sutil à condição eminentemente desnorteadora do fato artístico. Afixados à parede, os suportes transparentes usados para os líquidos coloridos se tornam uma espécie de pintura concretista nômade, que muda à medida que os usuários os consomem.



Figura 8: Opavivará! ao vivo!, Rio de Janeiro, 2012.

Os atos de cozinhar, comer e beber coletivamente são recorrentes nas ações do Opavivará!. Nestes atos habituais rapidamente localizamos algumas das dimensões performáticas e rituais da vida em comunidade, em que a experiência corpórea do prazer individual é colocada para esbarrar com a alteridade. A alimentação é uma das atividades cotidianas frequentemente arrastadas para dentro da poética do coletivo e emerge como dispositivo que incita relações. Nesta linha podemos citar trabalhos como *Cozinha Coletiva* (2007, 2016) e *Opavivará! ao Vivo* (2012), em que pessoas são postas para cozinhar e comer com os membros do coletivo, seja em espaços públicos ou no branco asséptico de galerias. O coletivo

inclusive conta que teve diversos problemas com instituições biopolíticas tais como a vigilância sanitária, que procurou cerceá-los algumas vezes nas ações em que a comida poderia estar contaminada e fazer mal aos participantes. Em *Opavivará! ao Vivo* este impasse foi resolvido de forma tática<sup>24</sup>. Mas experimentar os trabalhos do coletivo é correr o risco de contaminação, de estar entre outros e ser afetado, romper o registro das divisões que repartem e disciplinam: os trabalhos produzem formas de estar junto com o outro. Comer é também contaminar-se.

Desta forma, as relações que o Opavivará! estabelece com a cidade extravasam a pura dimensão palpável do tecido urbano. Isto porque antes de tudo o espaço público é – ou deveria ser - aquele da sociabilidade, onde a experiência com a alteridade toma forma. Mesmo quando o coletivo concebe trabalhos para feiras, galerias ou museus de arte, a esfera pública inescapavelmente participa, seja na forma das relações estabelecidas entre as pessoas que os experimentam ou como incorporação de memórias sociais coletivas e afetivas. O impulso de sair do espaço da galeria parece não se tratar, neste caso, de uma mera crítica institucional vazia, que vê o poder localizado em apenas um foco, mas habita o âmago da poética do coletivo. O âmbito social do espaço público pode ser mapeado em diversos níveis dos trabalhos, a começar por sua própria constituição enquanto coletivo.

Ao longo da pesquisa esta tipologia de grupalidade se constituiu para mim como uma espécie de utopia, aquela de uma reunião de múltiplos sujeitos em que são mantidas suas singularidades. Não consigo lembrar com certeza em que momento este discurso me veio, mas estou certo que foi através de alguma fala do coletivo Opavivará!. Em todo caso, aconteceu em mim. Esta espécie de *fantasia* ganhou eco na fala de Cezar Migliorin (2012):

um coletivo é antes um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações, (...) um coletivo não faz unidade, mas é formado por irradiação dessa intensidade, um condensador, agregador de sujeitos e ideias, em constantes aproximações, distanciamentos, adesões e desgarramentos (p. 308).

<sup>24</sup> Na ação *Opavivará! ao vivo* (2013) a vigilância sanitária foi acionada por conta de uma reportagem produzida sobre o trabalho veiculada em um noticiário televisivo. Mas proibido de continuar a ação, o coletivo Opavivará! ameaçou veicular no mesmo noticiário uma errata, anunciando censura por parte da prefeitura. Foi desta forma que o coletivo conseguiu permissão para atuar na praça.

Em contraponto à ideia do gênio artístico criador, esta formação possibilita que a identidade do grupo seja pulverizada. Ela também se difere de experiências modernas em que manifestos impunham uma lei geral para os artistas de um determinado movimento ou grupo. Ao contrário da vontade de unidade, a busca do coletivo é a de se manter em constante tensão dissensual. Podemos traçar uma analogia ao corpo multitudinário de Hardt e Negri (2005): cada integrante mantém sua individualidade e é livre para falar em nome do grupo: “meu nome é legião”, ele diria. Este paradigma estabelece uma relação paradoxal e irresoluta entre unidade e fragmentação, que fomenta um nomadismo ideológico radical.

Se para Rancière (1996b) a política teria justamente a ver com modos de subjetivação, então talvez a formação deste corpo coletivo composto por múltiplas singularidades seja relevante, uma vez que “a diferença que a desordem política vem inscrever na ordem policial pode portanto, em primeira análise, exprimir-se como diferença entre uma subjetivação e uma identificação” (p. 49). Neste sentido, a reunião enquanto coletivo pode significar uma outra “cartografia da grupalidade” (PÉLBART, 2008) que, idealmente, encarnaria alguns importantes elementos do sujeito político no contemporâneo, similar à grupalidade do bando (BEY, 2004).

Se o poder se exerce a partir de vetores ao mesmo tempo individualizantes e totalizadores (FOUCAULT, 1995), talvez se trate de criar uma outra corporeidade coletiva que não seja redutível a soma de suas partes. Neste sentido, o coletivo se constitui como uma formação que funciona como uma espécie de Navio de Teseu: ela pode assistir a uma reposição total de suas partes exclusivas e ainda assim existir, pois há uma espécie de bússola incerta que guia sua produção artística. Aqui podemos estabelecer uma analogia com a *fantasia* da *idiorritmia* proposta por Roland Barthes (2013): “para que haja *idiorritmia* – ou sonho idiorrítmico – é preciso haver: Causa difusa, vaga, incerta, *Télos* flutuante, fantasia mais do que fé (pp. 88, 89). Lembremos que para ele há uma “relação consubstancial entre poder e ritmo. O que o poder impõe, antes de tudo, é um ritmo (de todas as coisas: de vida, de tempo, de pensamento, de discurso)” (p. 68). Sendo assim, “a demanda da *idiorritmia* se faz sempre contra o poder” (idem).

Um pensamento similar parece ter norteado Victor Turner (2008) ao formular aquilo que ele denomina como experiências de *communitas*, pois o fator que une as pessoas é eminentemente circunstancial e escapa das coesões sociais e

mecanismos molares de identidade impostos goela abaixo pela governamentalidade biopolítica:

Aqui, “conflito” é o outro lado da moeda da “coesão”, sendo “interesse” o motivo que vincula ou separa estas pessoas, estes homens servis a direitos estruturais e obrigações, imperativos e lealdades. (...) os laços de *communitas* são antiestruturais, uma vez que são indiferenciados, igualitários, diretos, não-rationais (embora não irracionais), relações Eu Tu ou Nós Essencial, no sentido de Martin Buber. Estrutura é o que mantém as pessoas separadas, define suas diferenças e limita suas ações, incluindo a estrutura social no sentido da antropologia britânica. A *communitas* fica mais clara na “liminaridade” (TURNER, 2008, p. 41).

Ora, se as experiências de *communitas* estão ligadas à fase *liminar* do *drama social*, então talvez haja algo de subversivo que as atravessa, pois justamente nesta fase de suspensão - de ritmo? - é estabelecido um liame afetivo que não se deixa facilmente cartografar. Imaginar a *idiorritmia* como princípio aglutinante é abrir espaço para a emergência de pequenas frestas onde a política pode emergir, como uma disritmia nos mecanismos de inércia e repetição. Este mesmo ideal parece permear algumas das ideias de Migliorin (2012) acerca dos coletivos:

a manutenção da intensidade que atravessa um coletivo depende da possibilidade de suportar e fomentar a coabitação de velocidades distintas, presenças inconstantes e dedicações não mensuráveis em dinheiro e tempo, uma vez que são as intensidades transindividuais que garantem a força irradiadora do grupo (p. 309).

Ora, se a *idiorritmia* se refere, grosso modo, a uma forma de inserção do sujeito no código social sem nele perder aquilo que lhe é particular, então voltamos às subjetividades e modos de subjetivação. Afinal, da mesma maneira que trabalhar dentro da categoria “sociedade civil”, tal como oferecido pelas formas de governamentalidade modernas, é se render a possibilidades muito restritas de ação política, mostra-se importante imaginar outros registros de coesão social cuja fluidez dificulte sua captura pelas estruturas. É interessante lembrar que uma das possíveis formas de contra-conduta ao poder pastoral, que Foucault qualifica como cogenético ao biopolítico, era justamente o pertencimento ou criação de grupos à sua margem, que funcionassem como uma “contra-sociedade” (FOUCAULT, 2008a). Desta forma, talvez a ideia do coletivo como sujeito político relevante no contemporâneo esteja menos ligada ao seu modelo tipológico, como grupalidade paralela ao Estado, mas a uma práxis incessante e reflexiva que permeia ativamente as formas do estar junto, responsável por manter seus integrantes em constante tensão dissensual.

Mas no caso do Opavivará! a aglutinação enquanto coletivo ultrapassa seus mecanismos internos de coesão e organização, transbordando para a poética dos trabalhos que produzem. Eles invariavelmente estão engajados na formação de outros corpos coletivos e efêmeros, que se reúnem ao redor daquilo que seus membros denominam como *dispositivos relacionais*. Esta expressão foi apropriada diretamente das ideias do crítico de arte francês Nicolas Bourriaud (2009): “uma obra pode funcionar como dispositivo relacional com certo grau de aleatoriedade, máquina de provocar e gerar encontros casuais, individuais ou coletivos” (p. 42). Este teórico se tornou uma espécie de patrono ideológico dos artistas que, desde a década de 1990, vêm produzindo trabalhos participativos. Entretanto, embora goze de popularidade entre os artistas, os preceitos da *Estética Relacional* cunhados por Bourriaud suscitaram uma série de querelas no âmbito da teoria e crítica da arte (ver PRADO, 2011), especialmente naquilo que tange à filiação política que suas análises advogam para os trabalhos deste tipo.

Em linhas gerais, Nicolas Bourriaud olha retrospectivamente para o aspecto relacional que a arte teria, em forma de latência, invariavelmente assumido ao longo da história, mas que na contemporaneidade passaria a aflorar como matéria constitutiva e primordial de diversos trabalhos artísticos. Desta maneira, a arte do presente iria na contramão de qualquer devir autônomo ou elitista, mas estaria encarregada da produção de laços sociais, seja em espaços expositivos ou fora deles, haja visto que “o contexto social atual restringe as possibilidades de relações humanas” (BOURRIAUD, 2009, p. 23). Mas é justamente na produção destes laços pessoais que a política se manifestaria em sua forma primeira, à revelia dos alienantes processos contemporâneos de individualização dos sujeitos. Partindo deste ponto de vista, o crítico descreve diversos trabalhos dos anos 1990 onde a criação de relações entre os participantes tenha constituído uma tônica. Ele os aproxima de uma linhagem histórica que remonta à arte conceitual dos anos 1960 e 1970, interessada em imaginar outros suportes e tensionar os espaços expositivos.

É curioso que este mesmo discurso de uma crise da comunidade, que Claire Bishop (2006) compreende como uma das três principais agendas em que se baseia boa parte da arte participativa, também se constela em torno do urbanismo tático. Da mesma forma que as ações de urbanismo tático poderiam fazer emergir laços espontâneos da *sociedade civil*, aqui a arte participativa traria uma “restauração do

laço social mediante a elaboração coletiva do sentido” (p. 12, tradução nossa). Em ambos os casos a criação de relações sociais aparece como um fim em si mesma, como se ela fosse inescapável e intrinsecamente positiva. Resta compreender a qualidade dos elos criados por estes trabalhos e até que ponto eles realmente proporcionam encontros com a alteridade, ou se estão restritos a um público muito específico.

O teórico da arte Hal Foster (in: BISHOP, 2006), com o cinismo que lhe é tão característico, também dirige sua crítica a esta “utopia comunitária” lançada pela *arte relacional*. O crítico sustenta que, restrita a reproduzir e enaltecer a criação de relações humanas nos espaços da arte, ela não lança um questionamento substancial relativo às formas do estar junto:

Às vezes a política é atribuída a tal arte [relacional] com base em uma analogia instável entre uma obra aberta e uma sociedade inclusiva, como se uma forma desforme pudesse evocar uma comunidade democrática ou uma instalação não hierárquica previsse um mundo igualitário (...). Mas, certamente, uma coisa que a arte ainda pode fazer é tomar uma posição, e fazer isso em um registo concreto que reúna a estética, o cognitivo e o crítico. E a falta de forma na sociedade pode ser uma condição para contestar, em vez de celebrar na arte, uma condição para metamorfosear em forma, para produzir reflexão e resistência (como alguns pintores modernistas tentaram fazer) (pp. 193, 194, tradução nossa).

Jacques Rancière (2012) também foi um destes detratores e, no bojo da *Estética Relacional*, certamente traria críticas relativas à filiação política dos trabalhos do coletivo Opavivará!. Isto porque eles partem de uma lógica que os impulsiona inevitavelmente na direção daquilo que o filósofo denominaria como *regime ético* das artes, tanto no que tange a um esboroamento das fronteiras entre arte e vida, quanto no sentido de abrigar uma preocupação referente ao *ethos* da comunidade. Mas ao ir nesta direção os trabalhos fatalmente perdem alguns dos pontos em que a arte tangencia a política no *regime estético*.

Esse paradigma [do regime ético] designa o lugar da política da arte, mas para logo depois subtrair a arte e a política juntas. Substitui a duvidosa pretensão da representação a corrigir os costumes e os pensamentos por um modelo arquético. Arquético não no sentido de que os pensamentos já não são objetos de lições dadas por corpos ou imagens representados, mas estão diretamente encarnados em costumes, em modos de ser da comunidade. Esse modelo arquético não deixou de acompanhar o que chamamos de modernidade, como pensamento de uma arte que se tornou forma de vida (RANCIÈRE, 2012, p. 56).

Talvez seja justamente no paradigma *ético* que a crítica institucional do coletivo se situa, a reboque dos discursos clamando pela evasão da arte dos espaços das galerias e pelo fim à passividade do espectador, que deve transcender sua posição de mero observador para participar dos trabalhos de corpo inteiro. Ora, o filósofo recusa quaisquer dicotomias que contraponham sumariamente um *olhar* passivo a um *agir* ativo, uma vez que “olhar também é uma ação que confirma ou transforma essa distribuição das posições. O espectador também age (...). Ele observa, seleciona, compara, interpreta” (RANCIÈRE, 2012, p. 17). Assim, ele sinaliza que as condições de possibilidade para a política da arte no *regime estético* envolvem a assunção de um espectador emancipado e que a “arte crítica é uma arte que sabe que seu efeito político passa pela distância estética” (p. 81).

Entretanto, é inegável que os trabalhos do coletivo sejam também atravessados por uma forma de sensibilidade específica do *regime estético*, aquela que pressupõe a “igualdade de todos os temas<sup>25</sup>” (RANCIÈRE, 2009, p. 19), e que entendendo habitar o âmago de suas operações apropriativas. Jacques Rancière deduz desta máxima um fio histórico de continuidade inaugurado pelo Romantismo que atravessa toda a produção artística na Era Democrática, permeando fortemente a Arte Moderna e Contemporânea. Com algumas das vanguardas modernas talvez os trabalhos do coletivo compartilhem do ímpeto inicial de fazer eclodir as distinções que erigem fronteiras estritas entre a alta e a baixa cultura, radicalizando as operações que colocam a arte em relação de contiguidade com a vida. Mas é também sob a égide de uma sensibilidade estritamente estética que ele opera seu olhar antropofágico em um sem número de objetos, situações e personagens urbanos cujas presenças poderiam facilmente passar despercebidas. O Opavivará! os deglute, fazendo emergir uma poesia impura.

Mas ao contrário das operações vanguardistas tais como *assemblages* ou *readymades*, das quais o coletivo é certamente tributário, as apropriações aqui não parecem se tratar apenas de deslocamentos provocativos, mudanças de circuito que visibilizam o “vale-tudo” da matéria artística contemporânea. Esta questão certamente aparece, mas como ponto de partida ou riso à História da Arte. Aqui se

---

<sup>25</sup> Aqui a tradução do francês para o português deixa oculta a ambiguidade que a palavra francesa *sujet* pode trazer, uma vez que o termo pode significar tanto tema quanto sujeito.

os objetos são retirados de seu contexto, por vezes modificados, eles ainda preservam seu caráter utilitário, e mais: eles só existem em ato e em ato coletivo. Mas ao trazer à luz estes objetos, situações e personagens urbanos, expondo-os como Arte Contemporânea, o coletivo também não procura falar do outro ou dar-lhe voz, mas erigir uma espécie de inventário que precisamente recorta e desloca para o interior de uma poética coerente, embora muitas vezes insólita.

Neste assunto me coloco no território de uma fragilidade incerta, que por muitas vezes me produziram um titubear ao longo da pesquisa. Pois no âmbito das operações de deslocamento que arrastam partes do mundo para os circuitos da arte não é fácil delimitar as fronteiras entre os trabalhos que funcionam no registro da mera apropriação e da exotização de uma alteridade, e aqueles que operam de maneira antropofágica<sup>26</sup>. Mas cada vez que a arte se aproxima da vida como campo politizado, se imbricando aos movimentos sociais, cabe aos seus agentes pensar de que forma estão envolvidos em apagamentos de memória, invisibilizações, processos de *gentrificação*, apropriação cultural, violência simbólica etc. Portanto, se é verdade que o contemporâneo tenha assistido a uma falência do devir autônomo das artes plásticas, então este assunto complexo e intrinsecamente político se mostra da maior importância, embora não caiba no escopo deste trabalho abordá-lo com a profundidade devida.

Me dei conta das relações entre os trabalhos do coletivo e os processos de *gentrificação* engendrados pela arte a partir de uma fala sobre a ação *Pulacerca* (2009). Concebida quando a Praça Tiradentes<sup>27</sup> ainda era gradeada, esta ação consistiu da instalação de escadas que permitiam pular seu cercado, produzindo uma outra possibilidade de circulação naquele local. Segundo os membros do coletivo, este trabalho teria contribuído para a posterior demolição das grades da

---

<sup>26</sup> Suely Rolnik (2006) procura estabelecer algo semelhante em sua Geopolítica da Cafetinagem, diferenciando a antropofagia de uma “baixa antropofagia”: “a Antropofagia em si mesma é apenas uma forma de subjetivação, de fato distinta da política identitária. No entanto, isto não garante nada pois esta forma pode ser investida segundo diferentes éticas, das mais críticas às mais reacionárias, o que Oswald de Andrade apontava, designando estas últimas de ‘baixa antropofagia’ (...). Esta diferença está na estratégia de criação de territórios e, implicitamente, na política de relação com o outro: para que este processo se oriente por uma ética de afirmação da vida é necessário construir terrenos com base nas urgências indicadas pelas sensações – ou seja, os sinais da presença do outro em nosso corpo vibrátil. É em torno da expressão destes sinais e de sua reverberação nas subjetividades que respiram o mesmo ar do tempo que vão se abrindo *possíveis* na existência individual e coletiva” (p. 10).

<sup>27</sup> Praça localizada no Centro do Rio de Janeiro.



praça, uma vez que haveria formas “invisíveis” de controlar os fluxos pelo espaço urbano. Me questiono que poder seria esse que, mesmo com a demolição das barreiras físicas e disciplinares ainda se mantém ativo na gestão dos fluxos e dos corpos na cidade. Aqui convém recordar que a região da Praça Tiradentes vem sofrendo um processo de *gentrificação*<sup>28</sup> especialmente impulsionado pelo plano *Revitalização da Praça Tiradentes*, iniciado pela Prefeitura em 2001 no âmbito do *Projeto Munumenta*. Além da demolição das grades da praça, ele compreende a gradual instalação de agentes da Indústria Criativa na região e a Gentil Carioca, galeria que representa o coletivo Opavivará!, está implicada.



Figura 9: Pulacerca, Rio de Janeiro, 2009.

Neste sentido, é impossível ignorar que, a despeito das críticas institucionais propaladas pelo coletivo e de sua saída dos muros da galeria em direção à cidade,

<sup>28</sup> Carmen Beatriz Silveira (2006) detalha o processo de gentrificação da Praça Tiradentes e de suas imediações. Ele ainda está em fluxo, mas dentre seus marcos importantes podemos citar a interdição de parte da Rua do Lavradio (rua que liga a Lapa à Praça Tiradentes, ambos na região central do Rio de Janeiro) para carros. Esta porção, próxima à Praça Tiradentes, se tornou um polo atrativo para turistas e bares caros, onde a população local dificilmente pode consumir. Mais recentemente vimos a reforma de equipamentos culturais já existentes na região, tais como os teatros João Caetano e Carlos Gomes, e o Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica. Posteriormente foram instalados o Studio-X, o Centro Carioca de Design e o CRAB (Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro). Recentemente a Gentil Carioca, galeria de arte que representa o coletivo Opavivará!, foi ampliada para um sobrado de três andares na região.

uma vez inserido no circuito oficial da arte contemporânea, o Opavivará! está imbricado em processos sociais que escapam das possibilidades políticas internas aos trabalhos. São mecanismos de captura, que certamente incidem sobre suas poéticas, mas que não aniquilam por completo sua potência dissensual. O coletivo busca estar ciente destas ambiguidades e responde a críticas desta natureza afirmando praticar a “promiscuidade institucional”. Ou seja, ele procura se situar no interior de uma galeria e produzir a crítica de dentro dela, evita deixar de ocupar espaços e instituições por haver algum ponto passível de crítica, não se furta de se utilizar de editais etc.

Talvez esta atitude integre o nomadismo ideológico exercitado pelo coletivo. Ou se alinhe enquanto delito tático, como “movimento dentro do campo do inimigo”, que joga no terreno “que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU, 1994, p. 100). Resta refletir se os trabalhos do coletivo se organizam enquanto uma força estranha dentro dos circuitos que lhe compreendem ou se foram totalmente tragados e incorporados, servindo como força motriz para os processos de *gentrificação*. Em todo o caso, o Opavivará! procura evitar ao máximo a noção de resistência: “a realidade é irresistível!”, afirmou um de seus membros.

Entretanto, se é verdade que as barreiras que dividem arte e vida caem paulatinamente, de alguma forma é um certo regime de vitalidade que parece entrar em jogo aí e alimentar os trabalhos. Eles dela necessitam. Talvez se trate de uma passagem em que os próprios dispositivos artísticos estejam tomando a vida de assalto. Os trabalhos do coletivo dependem da vida e da variabilidade da ação humanas, das formações grupais “espontâneas”. Esta interação humana é aquilo que dita seu “sucesso” e o coletivo pensa de antemão nesta potência, como uma espécie de *Télos* ou modelo de eficácia. Afinal, em última instância eles compartilham deste desejo de criar elos sociais, quaisquer que sejam. Os gestos de intencionalidade parecem ir nesta direção, bem como um pensamento quanto aos efeitos que os trabalhos devem produzir. A denúncia de Jacques Rancière (2012) dirigida aos trabalhos de *arte relacional* quanto à falta de “distância estética”, lógica fundamental para uma política imanente à arte, vai justamente nesta direção.

O coletivo parece constituir uma frágil mecânica, uma espécie de cálculo matemático que mensura até que ponto se produz algo mais interventivo, capaz de rasgar a realidade cotidiana de forma radical e produzir uma barreira na relação com a vida, e até que ponto a ação se dissolve no cotidiano e se imbrica às formas de vida. No limite, a completa mimese da arte com a vida dela não pode depender. Se é verdade que há uma aproximação da arte com a vida ainda é mantido o campo específico da arte, onde os trabalhos são expostos e seus discursos são formados e legitimados. Em todo caso, eles parecem operar nesta dobradiça, que ao mesmo tempo toma as vidas de assalto e delas depende, mas devolve ao espectador emancipado uma possibilidade de singularização, de produção de si em contato com as obras. É nesta coextensividade entre o poder e as formas de resistência que o vetor político se produz: uma experiência de deslocamento que atua ao mesmo tempo corpórea e intelectivamente, engendrando-os mutuamente. Pois é justamente a poética, a incongruência que sobrepõe dois regimes de visibilidade e move um estranhamento com aquilo que há de mais familiar, também torna possível a produção ativa de um sujeito.

Se esta dissertação teve a cidade e a política como âncoras a partir das quais pude passear por entre um emaranhado de conceitos e objetos, não estou certo quanto a uma chegada triunfal a qualquer conclusão. Apenas me dou conta de que debruçar sobre a política, em alguma profundidade, é um exercício de pensamento exaustivo, que exige retrabalho e que muitas vezes nos reserva infortúnios. Em todo caso, percebi que as possibilidades da política no contemporâneo não são tão simples quanto pareciam de início. Se para os agentes do urbanismo tático suas atuações eram naturalmente políticas, ao menos fui capaz de perceber algumas fragilidades deste pressuposto. Mas tomando a exemplaridade deste caso vemos que muitas vezes o próprio desejo de agir politicamente, de se contrapor a um inimigo muito bem delineado, serve como combustível para a continuidade de uma certa cartografia de poderes instituída.

É evidente que a pulsão que leva à construção coletiva de espaços públicos nunca poderia ser movida pela força de uma coerção, mas quando ela aparece purificada sob os discursos da *sociedade civil* contra o Estado, enquanto ação política necessária para romper um certo estado das coisas instituído, é aí que eles parecem adquirir uma força motriz espantosa. Mas aqui o ferramental crítico que Michel Foucault (1989) deixou como legado possibilitou esmiuçar este tipo de acontecimento com precisão. Suas grades de análise permitem observar fenômenos sociais aparentemente espontâneos, envolvendo sujeitos voluntariosos, sem que precisemos entrar no mérito da responsabilização ou da racionalidade individual. O poder biopolítico contemporâneo está imbricado aos sujeitos de tal modo que parece pilotar a vitalidade humana desde dentro (PÉLBART, 2007), produzindo materialidades a partir de uma multiplicidade de vetores que muitas vezes parece provê-lo de uma racionalidade própria.

Mas não é bem por aí. Michel Foucault (1989) elucida que a cartografia complexa segundo a qual os poderes se exercem e se instituem é predominantemente desenhada segundo estratégias sem sujeito, a partir de táticas

locais que muitas vezes se contrapõem entre si. Neste sentido, suas análises permitem indagar os limites de paradigmas tais como a liberdade, bem como a centralidade dos indivíduos enquanto sujeitos de si mesmos. Se aqui procurei localizar os discursos como forças que induzem à ação é porque acredito que eles produzam acontecimentos, nunca de forma unívoca e direta, mas segundo caminhos tortuosos que escapam dos sujeitos que os enunciam. Do mesmo modo, podemos compreender que uma mesma gênese discursiva é capaz de produzir materialidades muito diversas, mas que ainda guardam alguns pontos de contato. Tendo esta percepção em mente, aproveito este espaço para me lançar em alguns últimos questionamentos, um tanto frouxos, que poderiam levar a desdobramentos desta dissertação.

Eles dizem respeito aos pressupostos comuns que subjazem tanto às práticas do urbanismo tático quanto as obras que integram a *estética relacional* de Nicolas Bourriaud (2004), em cujo bojo poderíamos incluir os trabalhos do coletivo Opavivará!. Já vimos que ambos estão baseados em uma ideia de resgate de laços sociais, esgarçados na contemporaneidade, como uma espécie de retorno ao paraíso perdido. Desta forma, se mapeássemos alguns dos princípios discursivos que os norteiam, poderíamos encontrar as utopias de comunidade, que parecem remontar aos anos 1960, mas proliferaram a partir dos anos 1990 sob novos vultos.

Neste sentido, é sintomático que a *arte relacional* tenha retomado o ímpeto que movia alguns artistas dos anos 1960 e 1970 a saírem dos espaços expositivos e produzirem obras participativas. Mas talvez um paradigma semelhante justifique o fato de os ideais de cidade na escala humana, concebidos por Jane Jacobs nos anos 1960, tenham ganho tanto vigor nos anos 1990, embora ligeiramente distorcidos pelos promotores do Novo Urbanismo. Afinal, a jornalista lançou um outro modelo de sociabilidade para a vida nas cidades, enaltecendo o estreitamento das relações sociais, terminando por produzir um dos discursos fundacionais da crise do planejamento urbano mais influentes de todos os tempos. Tudo isso a contrapelo dos ideais modernos, bem como às formas de individualismo e moralismo que os caracterizavam.

Sete anos depois de *Morte e vida das grandes cidades*, Henri Lefebvre publicaria seu *Direito à Cidade*, resgatado recentemente por David Harvey. A leitura do geógrafo procura acentuar justamente o aspecto social envolvido na

vivência e na construção das cidades, clamando pela participação de todos em sua tomada política. Seus discursos fatalmente deixam visível a noção de que a *sociedade civil* deve se emancipar do Estado, e ele acaba sutilmente responsabilizando as populações: “o direito à cidade não é um presente” (HARVEY, 2013, p. 43). Sob este prisma podemos compreender o urbanismo tático permeado por um conjunto de discursos comunitaristas requentados dos anos 1960, mas que vêm se atualizando como aparição do novo.

Apesar disso, é inegável que ele também se fundamente nas profecias que proliferam a sensação de *crise* ou *fim*, englobando campos do saber tão díspares quanto a História, a Arte, a representatividade política, o planejamento urbano etc. Neste sentido, podemos estabelecer uma analogia entre a desconfiança das ferramentas de projeto, que leva o urbanismo tático a testar soluções urbanas no “mundo real”, e o ímpeto de saída dos espaços expositivos institucionais em direção à “vida”, característicos da *arte relacional*. Mas se é verdade que assistimos a uma derrocada de todas as formas cristalizadas de verdade, o que poderia justificar este entusiasmo com a saída das instituições em direção ao “mundo real”? Haveria algum tipo de impulso em direção a um mundo sem mediações?

Talvez aqui encontremos um ponto em que alguns paradigmas da pesquisa etnográfica participam das lógicas que subjazem tanto aos trabalhos da *arte relacional* quanto às ações de urbanismo tático. Em ambos os casos, a crença em uma espécie de verdade da experiência imediata parece resgatar um Empirismo já um tanto enferrujado. Digo isto tendo por base algumas das reflexões do antropólogo James Clifford (1998), que questiona a construção de uma “autoridade etnográfica” a partir da “presença participativa”, aquela de “um contato sensível com o mundo a ser compreendido” (p. 38). Para ele, “é importante notar, porém, que esse ‘mundo’, quando concebido como uma criação da experiência, é subjetivo, não dialógico ou intersubjetivo” (idem).

Se pode parecer um salto pensar as implicações da pesquisa etnográfica fora de seu âmbito específico, considero importante ressaltar que seus pressupostos formaram um caldo cultural bastante espesso no século XX. A gênese da antropologia, por exemplo, está diretamente ligada ao Romantismo Alemão, bem como à sensibilidade estética inaugurada na Era Democrática. Mas ela determinou importantes guinadas nas Artes Plásticas, que podemos localizar desde o

Surrealismo (ver “Sobre o surrealismo etnográfico”, in: CLIFFORD, 1998) até a Arte Contemporânea (ver “O artista como etnógrafo”, in: FOSTER, 2014). Os âmbitos do design e da arquitetura também participam largamente deste processo, incorporando para suas práticas projetuais alguns pressupostos oriundos da antropologia. O próprio método etnográfico proposto por Jane Jacobs (2000) é um exemplo, da mesma forma como o urbanismo tático lhe é tributário.

Mas aqui permanece uma pergunta: porque assistimos atualmente a este resgate Romântico da vida em comunidade, mesmo quando uma série de instituições aglutinantes, tais como a da família, parecem em franca decadência? Me recuso a aderir instantaneamente a uma retórica da perda, aquela segundo a qual a corrosão de laços e certezas, instaurada por um pós-modernismo niilista e cínico, estaria fazendo com que pessoas se unissem novamente. Ora, vimos que a fantasia do retorno a uma comunidade de laços puros e espontâneos é matéria fundamental para alguns dos princípios biopolíticos e servem de sustentáculos à governamentalidade moderna, em uma lógica que coloca a sociabilidade como âmago da essência humana. Tomando o urbanismo tático como figura exemplar, poderíamos intuir que talvez esta lógica esteja encarregada de alimentar algumas das formas contemporâneas de coalizão entre poder biopolítico e neoliberalismo. Bob Jessop (2002) já nos alertou quanto às ligações entre o neoliberalismo e a “mobilização de energias populares” (p. 18, tradução nossa), que ele denomina como neo-comunitarismo. Neste sentido, talvez o mesmo princípio também valha para a *arte relacional*, imbuído desta idealização dos laços sociais.

Ora, já compreendemos de que forma o poder biopolítico contemporâneo dificulta a possibilidade de ações políticas, pois ele parece operar uma repartição prévia dos espaços onde podemos atuar, e enquanto só conseguirmos nos mover dentro desta margem de manobra estaremos fatalmente limitados à repetição. Por outro lado, esta grade de análise nos permite observar a maneira pela qual seus tentáculos se precipitam sobre tenra carne das relações humanas. E creio que a importância de uma reflexão relativa às formas de organização contemporâneas, tais como a dos coletivos, esteja justamente nesta contiguidade que elas podem guardar com os enlaces do poder biopolítico. A fantasia da *idiorritmia* (BARTHES, 2013), evidentemente, não passa de um horizonte utópico, mas pode constituir um início. Pois se há uma relação de coextensividade entre o poder e a resistência, então

a tarefa da política exige um exercício crítico incessante no interior destas organizações.

Assim, da mesma forma que de começo estava certo quanto ao aspecto político que reservaria ao urbanismo tático e fui surpreendido pelas contradições que as leituras e discussões me mostraram, já no curso deste final me deparei com algumas questões que permitiam refutar o estatuto político das ações do coletivo Opavivará!. Dentre elas, algumas das que enumerei agora há pouco, assim como textos do mesmo Jacques Rancière (2012) que defendia a qualidade eminentemente dissensual do *regime estético*, aspecto que me antes me servia como salvaguarda. Mas as críticas que ele apresentava faziam sentido para mim e instantaneamente passaram a incidir sobre a forma como eu vejo os trabalhos do coletivo, fato que não pude ignorar por completo e reserva-lo apenas para mim, em segredo. Alguns dos atributos que eu acreditava compor seus aspectos políticos foram parcialmente postos abaixo e precisei revê-los.

Mas ainda que a poética do coletivo Opavivará! esteja fatalmente imbricada àquilo que Jacques Rancière (2012) chamaria de *regime ético*, não consigo ignorar que os trabalhos sejam atravessados por elementos de uma sensibilidade específica do *regime estético*. Neste sentido, permanece sua potência dissensual, bússola para o exercício de escrita que empreendi no último capítulo desta dissertação. Suas frestas arejadas tornaram possível a minha produção enquanto sujeito. Lá procurei fazer ecoar algumas das questões com as quais tive contato nestes dois últimos anos, criando pequenos grupos de trabalhos dos quais pude extrair conjuntos de questões concernentes principalmente às relações entre os regimes de visibilidade, o corpo, a cidade e a micropolítica.

Desta forma, as utopias que tomei como objeto, assim como a solidez dos percursos que pareciam me levar diretamente a uma conclusão erodiram às portas de seu encerramento. Talvez o tom crítico e vacilante que predomina no último capítulo seja fruto desta oscilação que me colocou à beira de começar tudo outra vez. Mas este processo derradeiro me trouxe uma percepção: a de que a política é uma matéria intrinsecamente impura, que atua sempre de forma parcial e provisória. E que a tarefa da crítica nunca se esgota, ela pode ser reiniciada a cada vez e atingir maior amplitude e profundidade, e enveredar por outros caminhos. Neste sentido, é



impossível ignorar a natureza contingencial e efêmera deste exercício, cujo resultado seria totalmente diferente caso realizado em outro período.

Vemos que embora sua potência política seja passível de crítica, os trabalhos do coletivo Opavivará! ainda deixam espaço para a produção ativa de sujeitos. Por outro lado, considero que as práticas do urbanismo tático se fecham em si próprias, se esgotam, não sobra espaço para processos de singularização. Grosso modo, no momento em que o urbanismo tático planeja *soluções* urbanas, ele exclui qualquer possibilidade liminar de produção de sujeitos, mas ao propor *questões* para os espaços urbanos, as táticas urbanas propostas pelo coletivo Opavivará! talvez deixem maior espaço para a emersão liminar de singularidades no meio urbano.

Em todo caso, é preciso operar uma reflexão incessante quanto à ubiquidade da microfísica do poder, sobre cada um dos micropoderes que atuam em nossos corpos, estar vigilante, como diria Foucault. Mas tendo sempre no horizonte a lembrança de que a arte pode significar um vetor poderoso de subjetivação, que produz rupturas na ordem da existência comum e nos desloca de nós mesmos. Entre a arte, os corpos e a cidade, por sua vez, são produzidas fricções, e delas pode emergir o calor que muda de estado tudo aquilo que tínhamos assentado como certo. O que estava cristalizado se põe a escorrer, sai do lugar. Se por um lado a analítica do poder proposta por Foucault mostra que é infrutífero procurar vencer os poderes, por outro nos sentimos aliviados de não termos que fazer a revolução. A política está por toda parte, ao alcance das mãos.

## Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: homo sacer, II, I. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARANTES, Otilia *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARTHES, Roland. **Aula: aula inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França**. São Paulo: Cultrix, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

\_\_\_\_\_. **Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Semiologia e Urbanismo**. In: BARTHES, Roland. *A Aventura Semiológica*. Lisboa: Ed. 70, 1987.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire - Um lírico no auge do Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BEY, Hakim. **Taz: Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2004.

BISHOP, Claire (org.). **Participation**. London: Whitechapel, 2006.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética Relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CAMPONESCHI, Chiara. **Enabling city**. 2010. Disponível em: <<http://enablingcity.com/#read>>. Acesso em março de 2017.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível**. São Paulo: Invisíveis produções, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_ & GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, volume 5. São Paulo: Ed. 34, 1997

DOUGLAS, Gordon. **Do-it-Yourself Urban Design: 'Improving' the City Through Unauthorized, Creative Contributions**. Artigo apresentado no Popular Culture at the American Sociological Association Annual Conference, Las Vegas, 21 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_ **Do-It-Yourself Urban Design: The Social Practice of Informal "Improvement" Through Unauthorized Alteration**. City & Community. 13, 5-25, 2014.

\_\_\_\_\_ **Do-It-Yourself Urban Design in the Help-Yourself City**. 2012 Disponível em: <<http://www.spontaneousinterventions.org/statement/a-prologue>>. Acesso em março de 2017.

EAGLETON, Terry. **A Ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FEZER, Jesko. **Design for a Post-Neoliberal City**. In: Osten, Marion von, *et al.* e-flux Journal #17. e-flux, 2010.

FOSTER, Hal. **O retorno do real: a vanguarda no final do século XX**. São Paulo: Cossac Naify, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. **Omnes et singulatim: por uma crítica da 'razão política'**. Novos Estudos Cebrap, 26: 77-99, 1990.

\_\_\_\_\_. **Qu'est-ce que la critique?** Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº 2, pp. 35 – 63, avr/juin 1990b. Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. Michel Foucault, Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Corpo Utópico, As Heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_ & ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanism for Expanding Megacities**. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 2014.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington, DC: Island Press, 2010.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1990

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_ **A Liberdade da cidade**. In: VAINER, C. B.(org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_ **O Direito à Cidade**. Piauí, Rio de Janeiro, n. 82, p. 38-43, 2013b.

\_\_\_\_\_ **O Direito à Cidade**. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_ **Paris, capital of modernity**. New York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_ **A condicao pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudanca cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_ **The urbanization of capital**: studies in the history and theory of capitalist urbanization. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space**: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities. New York: Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_ **“Citizen design: participation and beyond”**. In: BANERJEE, T., & LOUKAITOU-SIDERIS, A (org.). **Companion to Urban design**. London: Routledge, 2011.

\_\_\_\_\_ **“Differences Matter : Learning to Design in Partnership with Others”**. In: ANGOTTI, T. *et al* (orgs.). *Service-learning in design and planning: educating at the boundaries*. Oakland: New Village Press, 2011.

\_\_\_\_\_ **“Making Public, Beyond Public Space”**. In: SHIFFMAN, R. *Beyond Zuccotti Park: freedom of assembly and the occupation of public space*. Oakland: New Village Press, 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

JESSOP, Bob. **Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective**. In: *Antipode* 34 (3): 452-472, 2002.

KOOLHAAS, Rem, MAU, Bruce & SIGLER, Jennifer. **Small, medium, large, extra-large**. Rotterdam: 010, 1995.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_ **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_ **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEPECKI, André. “Coreopolítica e coreopolícia” In: *ILHA*, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2012

LORDE, Audre. **Sister outsider**. Freedom, CA: The Crossing Press, 1984.

LYDON, Mike, & GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2011.

\_\_\_\_\_ **Tactical Urbanism vol. 2: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2012.

\_\_\_\_\_ **Tactical Urbanism vol. 3: Casos Latinoamericanos**. Washington: Island Press, 2013.

\_\_\_\_\_ **Tactical Urbanism vol. 4: Australia & New Zeland**. Washington: Island Press, 2014.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MEIRELLES, Cildo. **“Inserções em circuitos ideológicos”**. In: Escritos de Artista: anos 60/ 70. FERREIRA, Gloria & COTRIM, Cecília (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MIGLIORIN, Cezar. **O que é um coletivo?** In: BRASIL, André. Teia 2002-2012. Belo Horizonte: Teia, 2012.

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli. **Proposta de mobiliário urbano faça-você-mesmo**. 2013-2014. 221 f. Projeto Final (Bacharelado em Desenho Industrial – Projeto de Produto) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013-2014. Disponível em <[https://issuu.com/pceboli/docs/relat\\_\\_rio\\_a4\\_completo](https://issuu.com/pceboli/docs/relat__rio_a4_completo)>. Acesso em março de 2017.

PÉLBART, Peter Pal. **Biopolítica**. In: Revista Sala Preta, v. 7. São Paulo: PPGAC; Universidade de São Paulo, 2007

\_\_\_\_\_. **Elementos para uma cartografia da grupalidade**. In: SAADI, Fátima & GARCIA, Silvana (Org.). Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

PRADO, Marcela. **Debate crítico alrededor de la Estética Relacional**. In: Revista Disturbis, v. 10. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2011.

RABINOW, Paul. **“Ordonnance, discipline, regulation: some reflections on urbanism”**. In: Setha Low e Denise Lawrence-Zuñiga (eds.). The anthropology of space and place. Oxford: Blackwell, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. In: A crise da razão. Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

\_\_\_\_\_. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996b.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dissensus**: on politics and aesthetics. Londres: Continuum, 2010.

\_\_\_\_\_. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

REZENDE, Renato & SCOVINO, Felipe. **Coletivos**. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2010.

ROLNIK, Suely. “**Geopolítica da cafetinagem**”. In: SCHÜLER, Fernando & AXT, Gunter (orgs.). *Brasil contemporâneo. Crônicas de um país incógnito*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2006.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. **Projetos urbano-culturais na Cidade do Rio de Janeiro**: experiências recentes nas áreas da Lapa e da Praça Tiradentes. In: JEUDY, Henri Pierre & JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). *Corpos e cenários urbanos – territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.

SOBRAL, Laura *et al.* **Ocupe Largo da Batata**: como fazer ocupações regulares no espaço público. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/publicacao/>>. Acesso em março de 2017.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niteroi: EdUFF, 2008.

VAINER, Carlos Bernardo. (org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

VISCONTI, Luca *et al.* **Street Art, Sweet Art? Reclaiming the ‘Public’ in Public Space**. *Journal of Consumer Research* 37(3):511–29, 2010.

WHYTE, Whyte. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington: The Conservation Foundation, 1980.